REDAÇÃO E TEXTUALIDADE

Maria da Graça Costa Val

martins
Martins Fontes

AQUISIÇÃO POR COMPRA
ADQUIRIDO DE
21 FEV 2011
PREÇO 20,79
REGISTRO 5744225 91
DATA DO REGISTRO 25/04/2011
BELLATRIX
801
V135r
3ed.

Copyright © 1991, Livraria Martins Fontes Editora Ltda., São Paulo, para a presente edição.

1ª edição *1991*
3ª edição *2006*
2ª tiragem *2009*

Preparação do original
Maurício Balthazar Leal
Revisões gráficas
Eduardo Ângelo Batista
Maurício Balthazar Leal
Produção gráfica
Geraldo Alves

SC001306082
288334

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Costa Val, Maria da Graça
Redação e textualidade / Maria da Graça Costa Val. – 3ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, 2006. – (Texto e linguagem)

ISBN 85-336-2340-2

1. Português – Redação 2. Redação (Literatura) I. Título. II. Série.

06-8407 CDD-808

Índices para catálogo sistemático:
1. Redação : Literatura 808
2. Texto : Produção : Retórica 808

Todos os direitos desta edição para a língua portuguesa reservados à
Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
Rua Conselheiro Ramalho, 330 01325-000 São Paulo SP Brasil
Tel. (11) 3241.3677 Fax (11) 3105.6993
e-mail: info@martinsfonteseditora.com.br http://www.martinsfonteseditora.com.br

266 334

SUMÁRIO

Apresentação VII

PRIMEIRA PARTE
PRESSUPOSTOS

CAPÍTULO 1
Texto e textualidade 3

CAPÍTULO 2
Como avaliar a textualidade? 17

SEGUNDA PARTE
RELATO DE UMA ANÁLISE

CAPÍTULO 3
As condições de produção 43

CAPÍTULO 4
A coerência, a coesão e a informatividade:
breve estudo quantitativo 53

CAPÍTULO 5
A coerência, a coesão e a informatividade:
análise qualitativa 59

CAPÍTULO 6
Uma visão global do *corpus* 111

Conclusão 121
Notas 129
Bibliografia 131

300 1306062

APRESENTAÇÃO

A lingüística textual, desenvolvida sobretudo na Europa a partir do final da década de 60, tem se dedicado a estudar a natureza do texto e os fatores envolvidos em sua produção e recepção. Essa teoria, na medida em que busca esclarecer o que é e como se produz um texto, merece ser conhecida e considerada por quem se interessa pelo trabalho com a expressão escrita na escola.

Este livro procura condensar algumas das noções mais relevantes da teoria e relacioná-las com os resultados de uma análise de cem redações elaboradas por candidatos ao curso de Letras da UFMG no vestibular de 1983, na tentativa de estabelecer um diagnóstico e levantar algumas sugestões para o ensino escolar de redação[1].

PRIMEIRA PARTE
PRESSUPOSTOS

CAPÍTULO 1

TEXTO E TEXTUALIDADE

1. O que é texto

Para se compreender melhor o fenômeno da produção de textos escritos, importa entender previamente o que caracteriza o texto, escrito ou oral, unidade lingüística comunicativa básica, já que o que as pessoas têm para dizer umas às outras não são palavras nem frases isoladas, são textos.

Pode-se definir texto ou discurso como ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal.

Antes de mais nada, um texto é uma unidade de linguagem em uso[2], cumprindo uma função identificável num dado jogo de atuação

sociocomunicativa[3]. Tem papel determinante em sua produção e recepção uma série de fatores pragmáticos que contribuem para a construção de seu sentido e possibilitam que seja reconhecido como um emprego normal da língua[4]. São elementos desse processo as peculiaridades de cada ato comunicativo, tais como: as intenções do produtor; o jogo de imagens mentais que cada um dos interlocutores faz de si, do outro e do outro com relação a si mesmo e ao tema do discurso[5]; e o espaço de perceptibilidade visual e acústica comum, na comunicação face a face. Desse modo, o que é pertinente numa situação pode não o ser em outra. O contexto sociocultural em que se insere o discurso também constitui elemento condicionante de seu sentido, na produção e na recepção, na medida em que delimita os conhecimentos partilhados pelos interlocutores, inclusive quanto às regras sociais da interação comunicativa (uma certa "etiqueta" sociocomunicativa, que determina a variação de registros, de tom de voz, de postura, etc.[6]).

A segunda propriedade básica do texto é o fato de ele constituir uma unidade semântica. Uma ocorrência lingüística, para ser texto, precisa ser percebida pelo recebedor como um todo significativo. A coerência, fator responsável pelo sentido do texto, será estudada no próximo item.

Finalmente, o texto se caracteriza por sua unidade formal, material. Seus constituintes lingüísticos devem se mostrar reconhecivelmente integrados, de modo a permitir que ele seja percebido como um todo coeso.

De acordo com o conceito adotado, um texto será bem compreendido quando avaliado sob três aspectos[7]:

a) o pragmático, que tem a ver com seu funcionamento enquanto atuação informacional e comunicativa;
b) o semântico-conceitual, de que depende sua coerência;
c) o formal, que diz respeito à sua coesão.

2. O que é textualidade

Chama-se *textualidade* ao conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma seqüência de frases. Beaugrande e Dressler (1983) apontam sete fatores responsáveis pela textualidade de um discurso qualquer: a *coerência* e a *coesão*, que se relacionam com o material conceitual e lingüístico do texto, e a *intencionalidade*, a *aceitabilidade*, a *situacionalidade*, a *informatividade* e a *intertextualidade*, que têm a ver com os fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo.

2.1. Coerência e coesão

A *coerência* resulta da configuração que assumem os conceitos e relações subjacentes à superfície textual. É considerada o fator fundamental da textualidade, porque é responsável pelo sentido do texto. Envolve não só aspectos lógicos e semânticos, mas também cognitivos, na medida em que depende do *partilhar* de conhecimentos entre os interlocutores.

Um discurso é aceito como coerente quando

apresenta uma configuração conceitual compatível com o conhecimento de mundo do recebedor. Essa questão é fundamental. O texto não significa exclusivamente por si mesmo. Seu sentido é construído não só pelo produtor como também pelo recebedor, que precisa deter os conhecimentos necessários à sua interpretação. O produtor do discurso não ignora essa participação do interlocutor e conta com ela. É fácil verificar que grande parte dos conhecimentos necessários à compreensão dos textos não vem explícita, mas fica dependente da capacidade de pressuposição e inferência do recebedor.

Assim, a coerência do texto deriva de sua lógica interna, resultante dos significados que sua rede de conceitos e relações põe em jogo, mas também da compatibilidade entre essa rede conceitual — o mundo textual — e o conhecimento de mundo de quem processa o discurso.

A *coesão* é a manifestação lingüística da coerência; advém da maneira como os conceitos e relações subjacentes são expressos na superfície textual. Responsável pela unidade formal do texto, constrói-se através de mecanismos gramaticais e lexicais.

Entre os primeiros estão os pronomes anafóricos, os artigos, a elipse, a concordância, a correlação entre os tempos verbais, as conjunções, por exemplo. Todos esses recursos expressam relações não só entre os elementos no interior de uma frase, mas também entre frases e seqüências de frases dentro de um texto.

Já a coesão lexical se faz pela reiteração, pela substituição e pela associação. A reiteração se

dá pela simples repetição de um item léxico e também por processos como a nominalização (ex.: a retomada, através de um substantivo cognato, da idéia expressa por um verbo, como em adiar/adiamento ou promover/promoção). A substituição inclui a sinonímia, a antonímia, a hiponímia (quando o termo substituído representa uma parte ou um elemento e o substituidor representa o todo ou a classe — ex.: carroça/veículo), e a hiperonímia (quando o termo substituído representa o todo ou a classe e o substituidor uma parte ou um elemento — ex.: objeto/caneta). Finalmente, a associação é o processo que permite relacionar itens do vocabulário pertinentes a um mesmo esquema cognitivo (por exemplo, se falamos *aniversário*, podemos em seguida mencionar *bolo*, *velinha*, *presentes*, e esses termos serão interpretados como alusivos ao mesmo evento).

A coerência e a coesão têm em comum a característica de promover a inter-relação semântica entre os elementos do discurso, respondendo pelo que se pode chamar de *conectividade textual*[8]. A coerência diz respeito ao *nexo* entre os conceitos e a coesão, à expressão desse *nexo* no plano lingüístico. É importante registrar que o nexo é indispensável para que uma seqüência de frases possa ser reconhecida como texto. Entretanto, esse nexo nem sempre precisa estar explícito na superfície do texto por um mecanismo de coesão gramatical. Vejamos um exemplo:

(1) O Pedro vai buscar as bebidas. A Sandra tem que ficar com os meninos. A Tereza arruma a casa. Hoje eu vou precisar da ajuda de todo mundo.

Uma fala como (1) é perfeitamente aceitável, tem coerência, faz sentido. Entretanto não apresenta marcadores sintáticos específicos que denotem sua coesão. O nexo entre as frases se constrói não no nível gramatical, mas no nível semântico-cognitivo.

Por outro lado, uma seqüência de frases interligadas por marcadores lingüísticos de coesão que não correspondessem a relações efetivas estabelecidas na estrutura lógico-semântico-cognitiva subjacente não seria um texto. É possível forjar artificialmente um exemplo para ilustrar (normalmente, a competência textual intuitiva impede que as pessoas produzam seqüências desse tipo):

(2) No rádio toca um rock. O rock é um ritmo moderno. O coração também tem ritmo. Ele é um músculo oco composto de duas aurículas e dois ventrículos.

Em (2), a presença de recursos coesivos interfrasais (a recorrência de item lexical assinalada por artigo definido, o articulador *também* e o pronome anafórico *ele*) não é suficiente para garantir textualidade à seqüência, já que ela não funciona como um todo significativo coerente.

Entretanto, é inegável a utilidade dos mecanismos de coesão como fatores da eficiência do discurso. Além de tornar a superfície textual estável e econômica, na medida em que fornecem possibilidades variadas de se promover a continuidade e a progressão do texto, também permi-

tem a explicitação de relações que, implícitas, poderiam ser de difícil interpretação, sobretudo na escrita.

Nas seqüências (3) e (4) abaixo, por exemplo, o nexo é facilmente recobrável pelo leitor, embora não manifesto na superfície:

(3) A máquina parou. Está faltando energia elétrica.
(4) Choveu. O chão está molhado.

O mesmo não acontece, porém, com as frases de (5a) a (5f). Nesses casos, se a relação pretendida não vier expressa, o recebedor poderá atribuir ao enunciado sentido diferente do que o autor queria, sobretudo se, não se tratando de produção oral, não for possível depreender as intenções do produtor através da entonação. Veja-se:

(5a) Paulo saiu. João chegou.
(5b) Paulo saiu assim que João chegou.
(5c) Paulo saiu, mas João chegou.
(5d) Paulo saiu, porque João chegou.
(5e) Paulo saiu, apesar de João ter chegado.
(5f) Se Paulo saiu, João deve ter chegado.

Casos similares a (3) e (4) foram estudados por Isenberg (1968), que os interpretou como possibilidades de "textualização" entre frases assindéticas. O primeiro exemplifica a textualização por "conexão causal" (a máquina parou porque está faltando energia elétrica) e o segundo, por "interpretação diagnóstica" (pode-se verificar que choveu pelo fato de o chão estar molhado).

Ao contrário, os exemplos (5b-f), inspirados em Garcia (1977: 18-20, 262-264), não podem dispensar a conjunção, porque o nexo conceitual entre as informações é, digamos, mais frouxo e, portanto, de processamento não imediato. Há diferentes possibilidades de articulação e, por isso, a opção por uma delas precisa ser explícita.

Além disso, os recursos coesivos, quando presentes, devem obedecer a padrões prévios, caso contrário seu emprego será percebido como "infração textual"[9], tornando "irregular" a seqüência em que ocorrem. Alguns dos princípios que orientam o emprego desses recursos serão lembrados mais adiante.

Resumindo o que foi dito, o fundamental para a textualidade é a relação coerente entre as idéias. A explicitação dessa relação através de recursos coesivos é útil, mas nem sempre obrigatória. Entretanto, uma vez presentes, esses recursos devem ser usados de acordo com regras específicas, sob pena de reduzir a aceitabilidade do texto.

2.2. Os fatores pragmáticos da textualidade

Entre os cinco fatores pragmáticos estudados por Beaugrande e Dressler (1983), os dois primeiros se referem aos protagonistas do ato de comunicação: a *intencionalidade* e a *aceitabilidade*.

A *intencionalidade* concerne ao empenho do produtor em construir um discurso coerente, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa. A meta pode ser informar, ou impressionar, ou

alarmar, ou convencer, ou pedir, ou ofender, etc., e é ela que vai orientar a confecção do texto.

Em outras palavras, a intencionalidade diz respeito ao valor ilocutório do discurso, elemento da maior importância no jogo de atuação comunicativa.

O outro lado da moeda é a *aceitabilidade*, que concerne à expectativa do recebedor de que o conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coerente, coeso, útil e relevante, capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos do produtor.

Grice (1975, 1978)[10] estabelece máximas conversacionais, que seriam estratégias normalmente adotadas pelos produtores para alcançar a aceitabilidade do recebedor. Tais estratégias se referem à necessidade de cooperação (no sentido de o produtor responder aos interesses de seu interlocutor) e à qualidade (autenticidade), quantidade (informatividade), pertinência e relevância das informações, bem como à maneira como essas informações são apresentadas (precisão, clareza, ordenação, concisão, etc).

Mas é possível que, deliberadamente, o produtor queira apresentar um texto que desrespeite alguma(s) dessas máximas. Tal intenção, reconhecida pelo recebedor, ganhará função significativa e resultará em efeito de sentido importante no jogo interativo. É o que Grice chama de "implicatura conversacional": o recebedor prefere supor que a infração aos princípios conversacionais seja intencional e tenha alguma significação do que simplesmente aceitar que seu interlocutor possa produzir um discurso impertinente e sem sentido.

Charolles (1978:38) afirma que, em geral, o recebedor dá um "crédito de coerência" ao produtor: supõe que seu discurso seja coerente e se empenha em captar essa coerência, recobrindo lacunas, fazendo deduções, enfim, colocando a serviço da compreensão do texto todo conhecimento de que dispõe.

Assim, a comunicação se efetiva quando se estabelece um contrato de cooperação entre os interlocutores, de tal modo que as eventuais falhas do produtor são percebidas como significativas (às vezes, o sentido do texto está na sua aparente falta de sentido — cf. a piada), ou são cobertas pela tolerância do recebedor. A margem de tolerância é tanto maior quanto mais conhecido é o assunto e mais informal é a situação. O produtor sabe da existência dessa tolerabilidade e conta com ela, assim como conta a capacidade de pressuposição e inferência do recebedor. Essa "cumplicidade" do recebedor para com o texto é que possibilita que a produção não seja tarefa excessivamente difícil e tensa e, assim, viabiliza o jogo comunicativo.

O terceiro fator de textualidade, segundo Beaugrande e Dressler (1983), é a situacionalidade, que diz respeito aos elementos responsáveis pela pertinência e relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre. É a adequação do texto à situação sociocomunicativa.

O contexto pode, realmente, definir o sentido do discurso e, normalmente, orienta tanto a produção quanto a recepção. Em determinadas circunstâncias, um texto menos coeso e aparentemente menos claro pode funcionar melhor, ser mais adequado do que outro de configuração mais completa. Servem de exemplo as inscrições lacô-

nicas das placas de trânsito, mais apropriadas à situação específica em que são usadas do que um longo texto explicativo ou persuasivo que os motoristas sequer tivessem tempo de ler.

A conjunção dos três fatores já mencionados resulta numa série de conseqüências para a prática comunicativa.

Em primeiro lugar, é importante para o produtor saber com que conhecimentos do recebedor ele pode contar e que, portanto, não precisa explicitar no seu discurso. Esses conhecimentos podem advir do contexto imediato ou podem preexistir ao ato comunicativo. Assim, uma informação aparentemente absurda como o exemplo a seguir, extraído de Elias (1981: 45), fará sentido para quem souber que Maria sofre de problemas gástricos de fundo nervoso e que passa mal sempre que come tensa, preocupada com o horário:

(6) Maria teve uma indigestão embora o relógio estivesse estragado.

Daí vem a noção de *coerência pragmática*, ou seja, a necessidade de o texto ser reconhecido pelo recebedor como um emprego normal da linguagem num determinado contexto.

Outra conseqüência da conjugação desses três fatores de textualidade é a existência dos diversos tipos de discurso. A praxe acaba por estabelecer que, numa dada circunstância, tendo-se em mente determinada intenção ilocucional, deve-se compor o texto dessa ou daquela maneira. Assim, há convenções que regem o funcionamento da linguagem na interação social e que determinam, especificamente, qual o tipo particu-

lar de discurso adequado a cada ato comunicativo. Essa questão é da maior importância para quem trabalha com o ensino de redação, pois vem daí o fato de que a textualidade de cada tipo de discurso envolve elementos diferentes. O que é qualidade num texto argumentativo formal poderá ser defeito num poema, ou numa estória de suspense, ou numa conversa de botequim, por exemplo.

O interesse do recebedor pelo texto vai depender do grau de *informatividade* de que o último é portador. Esse é mais um fator de textualidade apontado por Beaugrande e Dressler (1983) e diz respeito à medida na qual as ocorrências de um texto são esperadas ou não, conhecidas ou não, no plano conceitual e no formal. Ocorre que um discurso menos previsível é mais informativo, porque a sua recepção, embora mais trabalhosa, resulta mais interessante, mais envolvente. Entretanto, se o texto se mostrar inteiramente inusitado, tenderá a ser rejeitado pelo recebedor, que não conseguirá processá-lo. Assim, o ideal é o texto se manter num nível mediano de informatividade, no qual se alternam ocorrências de processamento imediato, que falam do conhecido, com ocorrências de processamento mais trabalhoso, que trazem a novidade.

Para mim, o texto com bom índice de informatividade precisa ainda atender a outro requisito: a suficiência de dados. Isso significa que o texto tem que apresentar todas as informações necessárias para que seja compreendido com o sentido que o produtor pretende. Não é possível nem desejável que o discurso explicite todas as

informações necessárias ao seu processamento, mas é preciso que ele deixe inequívocos todos os dados necessários à sua compreensão aos quais o recebedor não conseguirá chegar sozinho.

Beaugrande e Dressler (1983) falam ainda de um outro componente de textualidade: a intertextualidade, que concerne aos fatores que fazem a utilização de um texto dependente do conhecimento de outro(s) texto(s). De fato, "um discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, mas contrói-se através de um já-dito em relação ao qual ele toma posição"[11]. Inúmeros textos só fazem sentido quando entendidos em relação a outros textos, que funcionam como seu contexto. Isso é verdade tanto para a fala coloquial, em que se retomam conversas anteriores, quanto para os pronunciamentos políticos ou o noticiário dos jornais, que requerem o conhecimento de discursos e notícias já divulgadas, que são tomados como ponto de partida ou são respondidos.

Há aqui uma questão interessante que não é mencionada pelos autores. É que o mais freqüente interlocutor de todos os textos, invocado e respondido consciente ou inconscientemente, é o discurso anônimo do senso comum, da voz geral corrente. Assim, avaliar a intertextualidade, em sentido lato, pode significar analisar a presença dessa fala subliminar, de todos e de ninguém, nos textos estudados[12]. Por outro lado, como esse discurso é de conhecimento geral, pode-se também considerá-lo como informação previsível e avaliar sua presença como elemento que faz baixar o grau de informatividade. Foi essa a minha opção na análise de redações que apresento adiante.

Relacionando os conceitos de texto e textualidade, poder-se-ia dizer, em princípio, que a unidade textual se constrói, no aspecto *sociocomunicativo*, através dos fatores pragmáticos (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade); no aspecto *semântico*, através da coerência; e, no aspecto *formal*, através da coesão.

É possível, no entanto, repensar esse arranjo, se se considerar que a informatividade e a intertextualidade dizem respeito, também, à matéria conceitual do discurso, na medida em que lidam com conhecimentos partilhados pelos interlocutores. Ao mesmo tempo que contribuem para a eficiência pragmática do texto, conferindo-lhe interesse e relevância, esses dois fatores também se colocam como constitutivos da unidade lógico-semântico-cognitiva do discurso, ao lado da coerência. Assim, poder-se-ia situá-los a cavaleiro, parte no plano sociocomunicativo, parte no plano semântico-conceitual. Foi dessa maneira que os considerei neste trabalho.

CAPÍTULO 2

COMO AVALIAR A TEXTUALIDADE?

1. Questões preliminares

Um dos pontos-chave da lingüística textual é a discussão sobre o que faz de um texto um texto, isto é, em que consiste a essência de um texto, que propriedade distingue textos de não-textos. A essa discussão grande número de estudos recentes responde apontando a coerência como fator fundamental da textualidade e, em função dessa resposta, tenta esclarecer o que é e de que é feita a coerência de um texto. A conceituação teórica, que busca estabelecer em que nível se situa e com que elementos lida a coerência, se mostra, muitas vezes, fruto da análise empírica, empenhada em descobrir que características usualmente apresentam os textos coerentes. Es-

sas características são chamadas por alguns de condições ou requisitos de coerência, porque, se um texto coerente tem qualidades específicas que o distinguem dos incoerentes, pode-se afirmar que, para ser coerente, um texto precisa apresentar tais qualidades. Assim, a observação empírica possibilita a descrição, que, por sua vez, permite a formulação de critérios para a análise textual.

Neste trabalho, tomo como ponto de partida a descrição fornecida por estudiosos da questão e utilizo como instrumento critérios de avaliação que considerei adequados ao modelo teórico adotado. Para avaliar a coerência e a coesão das redações do *corpus*, tomei como base as chamadas "meta-regras" formuladas por Charolles (1978) e, para os demais fatores de textualidade, orientei-me pelo que propõem Beaugrande e Dressler (1983).

Antes de apresentar e discutir os critérios de avaliação adotados, é preciso deixar claros alguns pontos.

Primeiro quero registrar que a intenção aqui não é, de maneira alguma, prescritiva. Não se está aqui fornecendo mais uma receita, ou uma nova lista de *macetes*, à qual as redações escolares devam se conformar para obter boas notas e se aproximar do modelo que garante aprovação no vestibular. O que se pretende é, a partir de um quadro de características identificadas em textos que "funcionam", construir um quadro adequado para balizar a avaliação do funcionamento de outros textos.

Em segundo lugar, quero delimitar a aplicabilidade dos critérios a serem adotados. Confor-

me acertadamente observa Widdowson (1981: 56), a aceitabilidade de um texto se prende à sua identificação como "um emprego normal da língua". Ora, em situações diferentes, são diferentes as expectativas quanto ao que seja "normal" e aceitável. Assim, os critérios aplicáveis ao *corpus* desta pesquisa podem não ser adequados para o julgamento da textualidade de discursos de outro tipo e construídos com outros objetivos. Os textos por mim analisados, por exigência da natureza e do programa do concurso vestibular, se revestem de peculiaridades que não se podem deixar de levar em conta: são textos escritos, formais, de função referencial dominante, compostos de introdução, desenvolvimento e conclusão, através dos quais os candidatos buscam demonstrar sua habilidade de expor idéias e argumentar em torno de determinado problema. Os requisitos a que esse tipo específico de texto deve responder para angariar aceitabilidade são certamente impraticáveis para uma conversa descontraída, um poema ou um romance, por exemplo.

Resta ainda uma observação a fazer, quanto à organização dada ao grupo de fatores levados em conta no julgamento das redações. Como todas elas foram produzidas sob as mesmas condições (o vestibular) e não me era possível ter acesso a cada produtor individualmente, examinei em bloco a interferência dos fatores pragmáticos em sua textualidade. Quero dizer: a *intencionalidade*, a *aceitabilidade* e a *situacionalidade* não foram analisadas em cada redação particular; foi feita uma análise desses três fatores para o conjunto das redações. Por outro lado, ampliei o con-

ceito de *informatividade*, de modo a incluir nele a *suficiência de dados* e a *intertextualidade* (já que os textos requeridos para a interpretação do texto "X" constituem informações prévias necessárias ao texto "X"). Assim, entendendo a informatividade, bem como a coerência e a coesão como fatores centrados no texto, concernentes a elementos constitutivos do texto, avaliei a presença e o funcionamento desses três componentes da textualidade em cada redação do *corpus*.

2. Critérios para a análise da coerência e da coesão

Entendida a *coerência* como a configuração conceitual subjacente e responsável pelo sentido do texto, e a coesão como sua expressão no plano lingüístico, é preciso esmiuçar essas noções, para perceber de que são feitos esses fatores e como se apresentam ou deixam de se apresentar em produções lingüísticas reais tais como as redações dos alunos na escola.

É interessante a proposta do lingüista francês Charolles (1978), porque parte exatamente da análise de redações de estudantes da escola elementar e do ensino médio. Nessa tentativa de explicitar o sistema implícito de regras referentes à composição e à interpretação de textos, que constitui a competência textual presente em todo falante, o autor se vale também das intervenções feitas pelos professores, de modo a perceber o fenômeno em seus dois momentos fundamentais — a produção e a recepção.

Para Charolles (1978), um texto coerente e coeso satisfaz a quatro requisitos: a repetição, a progressão, a não-contradição e a relação. Vou chamá-los, aqui, de *continuidade, progressão, não-contradição* e *articulação.*

2.1. A continuidade

A continuidade diz respeito à necessária retomada de elementos no decorrer do discurso. Tem a ver com sua unidade, pois um dos fatores que fazem com que se perceba um texto como um todo único é a permanência, em seu desenvolvimento, de elementos constantes. Uma seqüência que trate a cada passo de um assunto diferente certamente não será aceita como texto.

Quanto à coerência, esse requisito se manifesta pela retomada de conceitos, de idéias. Quanto à coesão, pelo emprego de recursos lingüísticos específicos, tais como a repetição de palavras, o uso de artigos definidos ou pronomes demonstrativos para determinar entidades já mencionadas, o uso de pronomes anafóricos e de outros termos vicários (como os pró-verbos *ser* e *fazer* e os pró-advérbios *lá, ali, então,* etc.), a elipse de termos facilmente recobráveis, entre outros mecanismos.

O emprego desses mecanismos de coesão obedece a regras específicas, como já disse. Por exemplo, os pronomes anafóricos devem concordar em gênero e número com o termo que substituem. Assim, uma seqüência como a que se segue conterá uma infração textual, se ocorrer em

discurso escrito formal, em cuja recepção a expectativa é de respeito ao dialeto padrão:

(7) *O menor abandonado* preocupa a população das grandes cidades porque a marginalidade acaba *os* levando ao crime.

Outra exigência cabível quanto a esse tipo de discurso é que só podem recobrar por pronome elementos expressos na superfície textual. O aluno autor da frase abaixo infringiu essa exigência ao preferir a expressão *"reação humana"* a *"reação do homem"*, porque sua opção acabou deixando sem antecedente expresso o pronome que vem em seguida:

(8) Pode-se definir conhecimento como a reação humana ao meio que *o* cerca.

Um caso muito freqüente de *"desvio de coesão"*, no dizer de Elias (1981: 59-60), é aquele em que o emprego do pronome anafórico cria ambigüidade, porque há mais de um termo que pode lhe servir de antecedente. A seqüência abaixo exemplifica o problema:

(9) *Ana* estava conversando com *Teresa* e *Rosa* chegou. Aí *ela* contou que está namorando João.

Assim, avaliar a continuidade de um texto é verificar, *no plano conceitual*, se há elementos que percorrem todo o seu desenvolvimento, conferindo-lhe unidade; e, no *plano lingüístico*,

se esses elementos são retomados convenientemente pelos recursos adequados. Não cabe aqui fazer o levantamento e a descrição de todas as regras que governam o emprego desses recursos, mas posso afirmar que elas fazem parte da gramática intuitiva de todo falante, que é capaz não só de empregá-los naturalmente como de reconhecer as eventuais falhas no seu uso (tendo em vista, é claro, as contingências pragmáticas da atuação comunicativa).

Na análise das redações do *corpus*, considerei a *continuidade* requisito da *coerência* e observei se os recursos lingüísticos que servem à expressão desse requisito foram empregados de modo a favorecer a *coesão* textual.

2.2. A progressão

Para Charolles (1978), a *progressão*, contrapartida da repetição ou continuidade, é a segunda condição de coerência e coesão. O texto deve retomar seus elementos conceituais e formais, mas não pode se limitar a essa repetição. É preciso que apresente novas informações a propósito dos elementos retomados. São esses acréscimos semânticos que fazem o sentido do texto progredir e que, afinal, o justificam.

No plano da coerência, percebe-se a progressão pela soma de idéias novas às que já vinham sendo tratadas. No plano da coesão, a língua dispõe de mecanismos especiais para manifestar as relações entre o *dado* e o *novo*[13]. Por exemplo, o *dado*, que costuma coincidir com o *tópico*, em

geral é retomado anaforicamente e aparece no início de frases ou mesmo parágrafos ou seqüências de frases. Já a *informação nova* com freqüência se expressa pelo *comentário* e figura no final das frases. A progressão pode se fazer pelo acréscimo de novos comentários a um mesmo tópico, ou pela transformação dos comentários em novos tópicos. A mudança de tópico deve se apresentar inequívoca para o recebedor, sob pena de causar dificuldades de compreensão, visto que a tendência mais comum é interpretar as anáforas de uma passagem como referentes ao tópico dessa passagem. O texto que não deixa claro, a cada passo, de que está tratando pode levar o recebedor a um processamento indevido que, na melhor das hipóteses, precisará ser refeito. Há, no português, construções, palavras e locuções que servem para destacar de maneira especial o tópico de uma passagem, colocando-o em posição de foco: *quanto a, a respeito de, no que se refere a; ser Sn que X, é que, até, mesmo, o próprio*, etc.

A progressão foi considerada como condição de *coerência* na análise das redações. Paralelamente, foi observado se essa condição foi bem expressa, através dos recursos disponíveis no português, de maneira a dar ao texto mais *coesão*.

2.3. A não-contradição

O terceiro requisito proposto por Charolles (1978) é o da não-contradição, que deve ser observado tanto no âmbito interno quanto no

âmbito das relações do texto com o mundo a que se refere.

Para ser internamente coerente, o texto precisa, em primeiro lugar, respeitar princípios lógicos elementares. Não pode, por exemplo, afirmar *A* e o contrário de *A*. Suas ocorrências não podem se contradizer, têm que ser compatíveis entre si, não só no que trazem explícito como também no que delas se pode concluir por pressuposição ou inferência.

Por outro lado, para ser coerente, o texto não pode contradizer o mundo a que se refere. O mundo textual tem que ser compatível com o mundo que o texto representa. Assim, um discurso referente ao mundo real não pode deixar de considerar algumas pressuposições básicas que integram a maneira comum de pensar esse mundo e que subjazem à comunicação textual: as causas têm efeitos; os objetos têm identidade, peso e massa; dois corpos não podem ocupar, ao mesmo tempo, o mesmo lugar no espaço, etc.

A exigência de não-contradição se aplica não só ao plano conceitual (da coerência), mas também ao plano da expressão (da coesão). Por exemplo, através do emprego dos tempos e aspectos verbais, o texto instaura um sistema próprio de situação dos fatos a que alude, tomando por referência o momento da comunicação ou um momento determinado pelo texto mesmo. A modalidade é outro elemento do sistema de funcionamento discursivo. Trata-se da atitude do produtor tanto em relação ao conteúdo proposicional e ao valor de verdade de seu enunciado quanto em relação ao próprio recebedor. Essa atitude se

manifesta lingüisticamente pelo emprego dos modos verbais e de itens específicos, como os verbos modais, alguns advérbios (*talvez, certamente*) e os chamados verbos ilocutórios (*achar, aceitar, considerar, admitir, exigir, deplorar, declarar, negar*, etc.). As contradições relativas a esses dois elementos do que Charolles (1978: 23) chama "*regime enunciativo*", a menos que intencionais e visando a efeitos estilísticos, podem causar embaraço ou estranheza ao recebedor.

A configuração do mundo textual pode se expressar lingüisticamente através do emprego de verbos, expressões e construções "*criadores de mundo*", no dizer de Charolles (1978: 28): *sonhar, imaginar, pensar, acreditar, gostar* (no condicional, *gostaria que*); *no caso de, na hipótese de; seja..., faz de conta que, era uma vez*, etc. A não ser que objetivando efeitos intencionais específicos, o emprego contraditório desses recursos também pode acarretar distúrbios à interpretação do discurso, na medida em que contraria as expectativas do recebedor.

Um problema concernente à exigência da não-contradição, ao qual Charolles (1978) não faz referência, consiste no que eu chamei de contradição léxico-semântica. Trata-se de inadequação muito freqüente nas redações escolares e que diz respeito ao uso do vocabulário: muitas vezes o significante empregado não condiz com o significado pretendido ou cabível no texto. Tal contradição resulta do desconhecimento, por parte do usuário, do vocábulo a que recorreu. Um exemplo elucidativo é o de um vestibulando que reclamava, em sua redação, contra "o *desvelo* das auto-

ridades pelo menor abandonado". Casos desse tipo situam-se, a meu ver, na região limítrofe entre a coesão e a coerência, porque, embora se manifestem no nível da expressão, concernem à veiculação de conceitos e têm implicações sobre a estrutura lógico-semântica do texto.

Nas redações do *corpus*, a *não-contradição interna e externa* foi tomada como condição de *coerência*. Quanto à *coesão*, foi verificado se os recursos lingüísticos empregados serviram ao bom funcionamento discursivo, tornando o todo textual livre de contradição.

2.4. A articulação

O quarto e último requisito de coerência proposto por Charolles (1978) é a *relação*, que eu chamo aqui de *articulação*. O autor, considerando vago o termo *relação*, procura delimitá-lo, rebatizando-o de *congruência* e estabelecendo que dois fatos serão congruentes quando um for uma *causa*, *condição* ou *conseqüência* pertinente do outro.

Neste trabalho, o termo *articulação* não cobrirá apenas essas três relações. Com ele estarei me referindo à maneira como os fatos e conceitos apresentados no texto se encadeiam, como se organizam, que papéis exercem uns com relação aos outros, que valores assumem uns em relação aos outros. Avaliar a *articulação* das idéias de um texto, para mim, significa verificar se elas têm a ver umas com as outras e que tipo específico de relação se estabelece entre elas (além das re-

lações de continuidade, progressão e não-contradição, já cobertas pelas outras condições de coerência). São dois aspectos a serem verificados: a *presença* e a *pertinência* das relações entre os fatos e conceitos apresentados. O texto pode apresentar fatos e conceitos relacionáveis sem estabelecer ligações entre eles, ou pode estabelecer relações não pertinentes entre os fatos e conceitos que denota (porque não são relacionáveis, ou porque se relacionam de outro modo).

Essas relações, como vimos, não precisam ser necessariamente explicitadas por mecanismos lingüísticos formais. Podem perfeitamente se estabelecer apenas no plano lógico-semântico-conceitual (o da coerência). Entretanto, há recursos específicos para sua expressão formal, no plano da coesão. Entre eles podem-se mencionar os mecanismos de junção (tradicionalmente chamados de conjunção), os articuladores lógicos do discurso (expressões como *por exemplo, dessa forma, por outro lado*, etc.) e os recursos lingüísticos que permitem estabelecer relações temporais entre os elementos do texto (a ordem linear de apresentação desses elementos, as conjunções temporais, alguns advérbios e expressões de valor adverbial, os numerais ordinais e alguns adjetivos, como *anterior, posterior, subseqüente*).

Na análise das redações foram avaliadas a presença e a pertinência da articulação como condição de *coerência* e foi observado se, quando necessários, os mecanismos lingüísticos que explicitam as relações entre os elementos textuais estavam presentes e foram adequadamente empregados, contribuindo para a *coesão* do discurso.

2.5. Para encerrar

Aceita a proposta de Charolles (1978) — com a ressalva feita quanto à sua não-universalidade —, avaliar a coerência de um texto denotativo, escrito e formal, será verificar se, no plano lógico-semântico-cognitivo, ele tem continuidade e progressão, não se contradiz nem contradiz o mundo a que se refere e apresenta os fatos e conceitos a que alude relacionados de acordo com as relações geralmente reconhecidas entre eles no mundo referido no texto. Avaliar a coesão será verificar se os mecanismos lingüísticos utilizados no texto servem à manifestação da continuidade, da progressão, da não-contradição e da articulação.

Dado o grande número de marcadores lingüísticos de coesão e dada a tremenda complexidade que envolveria a tarefa de formular restrições pertinentes e exaustivas com relação ao emprego de cada um, meu julgamento das redações, sobretudo neste particular, vai se basear na intuição e no bom senso. Será considerada infração textual a ocorrência que acarretar embaraços à leitura, tendo em mente as expectativas resultantes do tipo de texto analisado.

A esse propósito, é bom lembrar o papel determinante dos fatores pragmáticos na comunicação efetiva. O contexto e a imagem do interlocutor podem autorizar lacunas na configuração textual não possíveis noutras circunstâncias. É relevante o fato de o produtor contar com os conhecimentos prévios do recebedor e com sua capacidade de pressuposição e inferência.

Daí advém uma conseqüência importante para o trabalho com redação na escola. São freqüentes, por exemplo, os casos de aparente incoerência resultante da não-explicitação de fatos ou de relações entre fatos do mundo representado no texto. Se o professor consegue reconhecer esse mundo e refazer os elos ausentes, percebe o sentido do texto e pode apontar ao aluno o problema e a forma de saná-lo. Esse tipo de intervenção, deve ficar claro, não obedece a imperativos cognitivos, uma vez que o sentido do texto foi captado, mas obedece ao que Charolles (1978: 37) chama de *"razões de deontologia discursiva superior"*. Em outras palavras, o que funcionaria na comunicação real é vetado na redação escolar em virtude da preocupação do professor de ensinar a redigir.

Charolles (1978: 37) tem essa preocupação como legítima e a justifica pelo fato de o professor considerar que nem todo leitor será capaz de realizar a mesma operação por ele efetuada para recuperar o sentido do texto e julgar-se, então, na obrigação de apontar o problema ao aluno, por entender que todo discurso, se não for imediatamente coerente e coeso, deve, pelo menos, ter o sentido facilmente recobrável por qualquer recebedor. Para mim, tal atitude será pertinente se explicitada pelo professor e se levar em conta, também, o tipo textual e as intenções do aluno produtor do texto.

3. Critérios para a análise da informatividade

A informatividade é entendida pelos estudiosos como a capacidade do texto de acrescentar ao

conhecimento do recebedor informações novas e inesperadas. Neste trabalho, esse termo é entendido como a capacidade que tem um texto de efetivamente informar seu recebedor. Não é tomado apenas como sinônimo de originalidade, mas ganha outra acepção.

Por um lado, no que tange à necessidade de *imprevisibilidade*, o conceito foi ampliado e passou a abranger o aspecto mais geral do fator *intertextualidade*, na medida em que se tomou como informação conhecida e previsível a voz do senso comum, da ideologia dominante, presente nas redações estudadas. Por outro lado, o termo passou a recobrir a exigência do que se chamou *suficiência de dados*, na medida em que se considerou que, para ser informativo, o texto, além de se mostrar relativamente imprevisível, precisa apresentar todos os elementos necessários à sua compreensão, explícitos ou inferíveis das informações explícitas.

Para avaliar a *imprevisibilidade*, Beaugrande e Dressler (1978: 140-141) propõem uma escala de três ordens, aplicável (e efetivamente aplicada) pelo falante comum. Na primeira ordem os autores enquadram as ocorrências de elevada previsibilidade e, conseqüentemente, baixa informatividade, como os clichês e estereótipos, as frases feitas, as afirmações sobre o óbvio. Os textos que não ultrapassam esse patamar, ainda que dotados de coerência e coesão, resultam pragmaticamente ineficientes, porque desprovidos de interesse. Na segunda ordem ficam as ocorrências em que o original e o previsível se equilibram, angariando boa aceitabilidade, porquanto apresen-

tam novidade sem provocar estranheza. São de terceira ordem as ocorrências que, aparentemente pelo menos, não figuram no leque de alternativas possíveis e que, por isso mesmo, desorientam, ainda que temporariamente, o recebedor. Postulam os autores que, na comunicação efetiva, o processamento dos textos se faz através do alçamento para a segunda ordem das ocorrências de baixa informatividade e do rebaixamento, também para essa ordem mediana, daquelas que provocam estranheza, de modo a atribuir sentido tanto a umas quanto a outras. Assim, no todo textual, o óbvio ganhará razão de ser e o inusitado se explicará, passando a ter, um e outro, rendimento eficaz dentro do texto. O discurso em que esse processamento, em uma ou outra direção, não for possível, tenderá a ser rejeitado: no primeiro caso, porque se mostrará pouco informativo e desinteressante; no segundo caso, porque se mostrará difícil de ser entendido, impenetrável.

De outra parte, avaliar a *suficiência de dados* é examinar se o texto fornece ao recebedor os elementos indispensáveis a uma interpretação que corresponda às intenções do produtor, sem se mostrar, por isso, redundante ou rebarbativo. Os dados cuja explicitação é necessária são aqueles que não podem ser tomados como de domínio prévio do recebedor nem podem ser deduzidos a partir dos conhecimentos que o texto ativa.

Assim, avaliar a *informatividade* significa, para mim, medir o sucesso do texto em levar conhecimento ao recebedor, configurando-se como ato de comunicação efetivo. Esse sucesso depen-

Biblioteca Universitária
UFSC
97422591

de, em parte, da capacidade do discurso de acrescentar alguma coisa à experiência do recebedor, no plano conceitual ou no plano da expressão (*imprevisibilidade*). De outra parte, resulta do equilíbrio entre o que o texto oferece e o que confia à participação de quem o interpreta (*suficiência de dados*).

Um texto informativo pode não ser de processamento imediato e demandar algum esforço de interpretação. Em contrapartida, é um texto que se mostra apto a engajar o recebedor, a conquistar a adesão dele, viabilizando, assim, o estabelecimento de uma relação comunicativa verdadeira.

Um texto com baixo poder informativo, que não fornece os elementos indispensáveis a uma interpretação livre de ambigüidades, ou que se limita a repetir coisas que nada somam à experiência do recebedor, tem como efeito desorientá-lo ou irritá-lo, ou simplesmente não alcançar sua atenção. Tende a ser rejeitado. Mesmo que não chegue a ser tomado como não-texto, é avaliado como produção de má qualidade, com a qual não vale a pena perder tempo. Em suma, mesmo para textos coerentes e coesos, um baixo poder informativo tem como correlata uma baixa eficiência pragmática.

4. A subjetividade da avaliação

Segundo Halliday e Hasan (1978: 25), "texture is really a more-or-less affair". A mim parece que a natureza do texto é melhor compreendida se se

abre mão do rigor e da exatidão tecnicista e se dá espaço para a intuição e o bom senso.

Os critérios adotados neste trabalho para o julgamento das redações são, inegavelmente, fluidos e subjetivos. Não vejo como fugir disso. A coerência, a coesão e a informatividade estão em estreita dependência dos conhecimentos partilhados pelos interlocutores. O que faz sentido para um recebedor pode parecer absurdo para outro; o nexo entre os elementos textuais pode ser facilmente percebido por um, através das relações lógico-semântico-cognitivas implícitas, e permanecer irrecobrável para outro, se não for expresso lingüisticamente; o que é "batido" para um pode ser absoluta novidade para outro.

Em outras palavras, o que estou dizendo é que a textualidade de uma produção lingüística qualquer depende, em grande parte, do *recebedor* (seus conhecimentos prévios, sua capacidade de pressuposição e inferência, sua adesão ao discurso) e do *contexto* (o que é texto numa situação pode não o ser em outra, e vice-versa). Como, então, fixar critérios rígidos e objetivos para demarcar os limites da textualidade: daqui para lá, texto; daqui para cá, não-texto? (!) Tentar fazê-lo seria ignorar ou falsear as relações que de fato se estabelecem no processo de interação comunicativa.

Por isso neste trabalho não foi adotada qualquer tabela objetiva para medir a textualidade das redações do *corpus*. O julgamento, ainda que balizado pelos critérios já definidos, passou pela subjetividade de minha percepção como leitora. Não há como evitar. Não vejo como calcular

objetivamente a dimensão da gravidade de uma falha relativa, por exemplo, à condição de não-contradição com o mundo real. Fazê-lo corresponderia a pretender a existência de verdades inquestionáveis das quais se pudesse medir numericamente o afastamento; significaria admitir uma única possibilidade de leitura do real; seria ignorar a participação do recebedor na construção do sentido do texto; seria desprezar todos os elementos pragmáticos que interferem decisivamente na textualidade.

A necessidade de preestabelecer parâmetros para orientar a avaliação técnica de um texto pode ser atendida através da definição de critérios qualitativos (e não quantitativos) que busquem captar e sistematizar as condições naturais de aceitabilidade dos discursos.

Assim, acredito que um julgamento que pretenda respeitar a natureza do objeto avaliado e percebê-lo na sua totalidade pode se perguntar o seguinte: dada a *situação comunicativa*, as características e as disposições dos *interlocutores* e o *tipo textual* efetivo, essa produção lingüística se mostra *aceitável?* Tem continuidade? Apresenta progressão? Mostra-se não-contraditória e bem articulada? Faz uso adequado dos recursos coesivos que servem à expressão dessas qualidades? É suficientemente clara e explícita na apresentação das informações? Comporta um mínimo de novidade que possibilite reconhecê-la como manifestação personalizada e capaz de atrair a atenção de um recebedor médio?

As respostas a essas perguntas não são redutíveis à exatidão de valores quantitativos. Antes,

passam inapelavelmente pela intuição e o bom senso, aplicados com naturalidade pelo falante comum na comunicação cotidiana. São questões que têm a ver com a *competência textual*, que determina a capacidade das pessoas de produzir e interpretar textos.

A preocupação de julgar com objetividade as redações escolares tem resultado em esquemas de correção e atribuição de notas através dos quais se tiram pontos por desrespeito às regras do dialeto padrão ou por desobediência às convenções relativas ao uso da escrita, como a ortografia e a pontuação. Quer dizer: o julgamento acaba privilegiando os aspectos mais superficiais do texto escrito, que nada têm a ver com sua essência, isto é, sua textualidade, mas que são os únicos suscetíveis de mensuração objetiva. A mim parece que o ensino de redação só teria a ganhar se se procurasse respeitar na escola o que acontece na vida. A interação comunicativa *de verdade* é um processo essencialmente intersubjetivo: são pessoas que produzem/interpretam textos, e entram nesse jogo com toda a sua individualidade.

5. A necessidade de uma avaliação global

Um texto é uma unidade de sentido, na qual os elementos significam uns em relação aos outros e em relação ao todo. O significado de cada um isolado pode não coincidir com o sentido que assume em relação ao conjunto, ou pode não ser relevante para esse sentido global. Decorre que

as ocorrências de um texto não devem ser analisadas *per si*, mas o texto deve ser percebido e interpretado integralmente, cada elemento sendo avaliado em função do todo. Por isso, os critérios de julgamento aqui definidos conduzem a um exame global do texto.

No plano da coerência, não há como avaliar fragmentos: a continuidade, a progressão, a não-contradição e a articulação só podem ser percebidas quando se analisa a redação por inteiro, examinando-se as relações do texto com seu tema e as relações das partes entre si e com o todo. O não-cumprimento de uma dessas condições numa determinada passagem vai comprometer todo o conjunto. A ordem, aqui, é macroestrutural.

O plano da coesão, linear, microestrutural, oferece possibilidade de percepção individualizada das ocorrências: um pronome anafórico empregado de maneira ambígua, uma conjunção que estabelece relações incabíveis, etc. Entretanto, o que importa é considerar o efeito dessas ocorrências no conjunto, é avaliar se os recursos lingüísticos utilizados servem ou não à conexão das idéias, se o texto como um todo se mostra coeso ou desconexo.

Não interessa, também, julgar a informatividade de cada seqüência, examinando, como quer a teoria física da informação, a probabilidade de ocorrência dos seus integrantes. O que conta é verificar se, em sua realização global, o texto equilibrou satisfatoriamente o explícito e o implícito, o previsível e o inesperado, de modo a se constituir num todo informativo e atraente.

Além da inconveniência de uma análise fragmentária de cada componente textual considerado, há a improcedência de um exame dos três como fatores absolutamente estanques. O que se depreende da conceituação estabelecida e dos critérios esboçados é que eles são faces imbricadas de mesmo corpo. O que afeta um deles, em geral, tem implicação sobre os outros também. Sua separação só se obtém artificialmente, para atender à necessidade de análise ("dividir para dominar").

Vejamos: a coesão é a manifestação lingüística da coerência e, assim, a ela está inquestionavelmente associada; a informatividade se aplica tanto sobre uma quanto sobre a outra e, mais que isso, localizada no terreno cognitivo, guarda pontos de interseção com a coerência. Há problemas de difícil delimitação que se espraiam por mais de uma área. Por exemplo: até que ponto uma lacuna na configuração conceitual do texto é problema de informatividade (insuficiência de dados) ou de coerência (falta de articulação)? Ou, ainda, em que medida a ruptura com modelos cognitivos usuais representa ganho para a informatividade (imprevisibilidade) ou perda para a coerência (contradição entre o mundo textual e o mundo real)? Problemas semelhantes podem ser apontados também no que respeita à coesão: qual o limite entre um arranjo sintático inusitado, que favorece a originalidade, e uma infração, que prejudica a coesão textual?

Em razão do que foi apresentado, o que me preocupou na análise das redações foi identificar com a maior nitidez possível os problemas

existentes, com a finalidade de tentar compreender as reais dificuldades que eles representam. Assim, foi mais importante para mim perceber todas as ramificações e implicações de um mesmo problema do que buscar, artificialmente, isolá-lo do conjunto em que figura para identificá-lo e computá-lo como ocorrência individual. O objetivo foi perceber cada texto como um todo e chegar a um julgamento mais legítimo, mais próximo do que se passa de fato no processo comunicativo. Um julgamento que não se funda em parâmetros rígidos, mas na realidade que o texto propõe; porém, um julgamento com inevitável margem de subjetividade.

SEGUNDA PARTE
RELATO DE UMA ANÁLISE

CAPÍTULO 3

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Antes de passar à análise da coerência, coesão e informatividade das redações estudadas, é preciso deter a atenção sobre as condições de produção desses discursos, o que significa avaliar o papel dos fatores pragmáticos (situacionalidade, intencionalidade e aceitabilidade) sobre a textualidade desses textos específicos.

1. As contingências histórico-políticas

As redações que compõem o *corpus* foram produzidas no vestibular/UFMG realizado em janeiro de 1983.

Nessa época o Brasil vivia o início do processo de redemocratização. No âmbito federal, ca-

minhava para o fim o último governo de uma fase de 21 anos de autoritarismo. No âmbito estadual, tomavam posse os governadores eleitos diretamente em novembro de 1982, depois de longo período em que esses cargos eram preenchidos por escolha pessoal e exclusiva do primeiro mandatário do país. A anistia política fora conquistada, já se prenunciava a Nova República e a campanha pelas eleições diretas para presidente começava a ganhar as ruas.

Economicamente, no entanto, o Brasil enfrentava uma crise cujos reflexos mais dolorosos eram a recessão e o desemprego. Essas dificuldades não eram exclusivamente nacionais. Afetavam, naquele momento, até os Estados Unidos e os países ricos da Europa. Aqui, a situação se mostrava particularmente grave e, em função disso, caracterizava-se com nitidez um processo de acirramento da violência, sobretudo nos centros urbanos. A população via-se, então, duplamente ameaçada, pelo desemprego e pela insegurança.

Todos esses componentes do contexto histórico-político-social são importantes porque integram o conjunto de conhecimentos e vivências partilhados pelos produtores dos textos, os candidatos ao vestibular, e pelos seus recebedores compulsórios, os examinadores. Esses dados assumem particular relevância quando se sabe que o tema proposto para a redação foi *violência social*, assunto diretamente dependente dessas contingências históricas. Não seria possível uma avaliação consistente da coerência externa e da informatividade das redações sem levar em conta esse quadro político-econômico-social.

2. O contexto imediato: o vestibular

As redações analisadas fizeram parte da prova de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, aplicada na segunda etapa do vestibular, de caráter classificatório. Todas as provas dessa etapa foram compostas de questões abertas; as questões de múltipla escolha se limitaram à primeira etapa, eliminatória.

É fundamental o fato de se tratar de prova de vestibular, situação fortemente impregnada de carga ideológica, que lhe atribui o papel mágico de porta de felicidade: ultrapassar esse umbral significa obter garantia absoluta de sucesso profissional e financeiro. O exame ganhou a dimensão de um rito de passagem, através do qual o jovem adolescente atinge a categoria de adulto responsável, socialmente integrado e bem-sucedido.

Em função desse mito, o concurso se realiza sob grande tensão e é, em geral, muito competitivo. Em 1983, na UFMG, foram selecionados para a segunda etapa, para todos os cursos, dois pretendentes para cada vaga. Numa situação como essa, o candidato tem consciência de que seu desempenho é decisivo e realiza um grande esforço de auto-superação. Não basta fazer boas provas, é preciso fazer provas melhores que as dos concorrentes, pois a segunda etapa é classificatória.

Outra conseqüência do mito em que se transformou o vestibular é a neurotizante preparação a que se submetem os candidatos. A realidade atual é que praticamente todo o ensino, desde o 1º grau, se orienta pela filosofia admitida e pelo

modelo de provas adotado no vestibular. No 2º grau a situação se agrava e o último ano imediatamente anterior ao exame é, de modo geral, dedicado a ele de maneira intensa e exclusiva. Há, então, nos colégios e nos *cursinhos* preparatórios, a preocupação de, além de dotar os alunos dos conhecimentos e habilidades necessários a quem se destina a um curso universitário, fornecer-lhes os *truques* e *macetes* considerados indispensáveis a um bom êxito nas provas.

No caso em foco, a preparação específica se orienta por parâmetros previamente delimitados. Sabe-se que, além da redação, o candidato deverá responder a questões discursivas nas quais o seu desempenho lingüístico, em termos de "correção gramatical", também estará em julgamento. Isso significa que, normalmente, os competidores se submetem a um intenso treinamento para obter o domínio da língua padrão na modalidade escrita. O próprio programa do concurso vestibular estabelece os critérios de avaliação e, quanto à redação, estipula que tipo de texto os candidatos deverão elaborar:

> O que se espera em termos de redação são habilidades de exposição de idéias e de argumentação em torno de determinado problema. O tema será, pois, de tal natureza que conduza o candidato a demonstrar tais habilidades.
>
> Revela desempenho satisfatório do candidato em expressão escrita um texto com as seguintes características:
>
> — organização adequada em torno de uma idéia central;
>
> — estruturação das idéias de tal maneira que se identifique uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão;

— divisão adequada das idéias em parágrafos, e, em cada parágrafo, divisão adequada das idéias em períodos;
— ordenação lógica e coerente das idéias, com uso apropriado das partículas de transição e palavra de referência;
— expressão das idéias com clareza e concisão, sem pormenores excessivos, redundâncias, palavras e expressões desnecessárias;
— uso de vocabulário exato, preciso e adequado;
— uso conveniente dos processos de coordenação e da subordinação de idéias;
— adequação da modalidade de língua usada ao tratamento escolhido para o tema;
— uso adequado e correto dos sinais de pontuação;
— uso correto das estruturas da língua escrita (morfologia e sintaxe);
— correção ortográfica.

(MEC/UFMG. Normas gerais. Programas das provas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (1ª e 2ª etapas). *Guia de inscrição do vestibular 1983*, p. 7)

Quanto à relação entre intencionalidade e situacionalidade, o que se pode supor é que o forte desejo de ser aprovado e a competitividade do concurso levarão o vestibulando a se empenhar para produzir um texto de acordo com as exigências do programa.

3. Os produtores dos textos

A partir de um Questionário de Informações Sócio-econômicas elaborado pelo MEC e aplicado

a todos os inscritos no vestibular UFMG/1983, foi possível delinear o perfil da amostra de cem candidatos ao curso de Letras cujas redações analisei. Seus integrantes, em sua maioria indivíduos com idade entre 17 e 22 anos, trabalhavam e contribuíam para a renda familiar na ocasião do concurso. A maior parte deles provém de famílias em que o pai e a mãe têm nível médio de escolaridade, o pai é profissional de nível médio e a mãe é dona-de-casa. No 2º grau, a maioria deles estudou em escola particular, durante o dia, fazendo curso regular (e não supletivo ou madureza), e não freqüentou *cursinho*.

Foi possível também confrontar esse perfil com o do universo dos concorrentes à UFMG na segunda etapa do vestibular (6.914 candidatos) e constatar que os dois grupos apresentavam características sócio-econômicas equivalentes, à exceção de dois fatores: a participação na renda familiar e a freqüência a *cursinho*. A maioria dos vestibulandos UFMG/1983 (segunda etapa) não trabalhava na época do exame e freqüentou algum curso pré-vestibular.

As circunstâncias específicas do vestibular colocavam em situação equivalente os produtores dos textos analisados (bem como todo o conjunto de candidatos que chegaram a fazer a redação). Todos eles já haviam concluído o 2º grau e, no vestibular, já haviam sido aprovados nas provas da etapa eliminatória, ou seja, já haviam passado por uma dupla seleção.

A particularidade de os integrantes da amostra serem concorrentes ao curso de Letras suscita a hipótese de que eles tenham em comum o pendor e o gosto pelo trato com a linguagem, carac-

terística que os distinguiria dos demais candidatos. Tal hipótese não encontrou respaldo num indicador quantitativo levantado: as notas das redações.

A questão de redação valeu 12 (doze) pontos, sendo a nota média, portanto, 6 (seis). Nos dois grupos, a média aritmética das notas ficou em torno de 6 (seis) e a moda, também para os dois grupos, foi 6 (seis).

Os pontos aqui levantados para a caracterização da amostra serão retomados na conclusão, porque eles é que dão a medida da sua representatividade e, por conseguinte, do alcance das possíveis generalizações a serem postuladas.

4. Implicações do contexto pragmático

Como já disse, as circunstâncias históricas do momento de produção das redações têm particular importância no caso em exame, em razão do assunto proposto como tema, diretamente vinculado à realidade circundante. Tal fato determinou que, afinal, o material cognitivo com que os vestibulandos trabalharam em seus textos fosse fundamentalmente o mesmo, o que não ocorreria se a proposta de redação ensejasse a criação de um texto com base em vivências pessoais.

Outros elementos condicionantes decorrem do fato de os textos integrarem uma prova de vestibular. A situação comunicativa é absolutamente artificial. O produtor do texto não é dono do seu assunto, nem da forma do seu discurso. Vê-se na contingência de discorrer sobre o tema que lhe for imposto, nos moldes preestabelecidos pelo

programa do concurso. O recebedor é ignorado, porém compulsório. Não se trata de uma pessoa a quem o produtor queira dizer alguma coisa, mas, pelo contrário, trata-se de um desconhecido que, caneta vermelha em punho, poderá barrar-lhe a entrada na universidade. A relação que se estabelece entre os interlocutores, em razão dos lugares que ocupam, é uma relação de poder, em que o produtor se submete ao que ele imagina ser a vontade do recebedor. Esse jogo de representações mentais, no entanto, se processa de forma distorcida, porque os protagonistas de fato não se conhecem e se baseiam em suposições estereotipadas sobre a figura do outro. Mais um artificialismo resulta do próprio objetivo do pretenso ato de comunicação. A intenção não é dizer alguma coisa, mas demonstrar que se tem o domínio de uma modalidade do código e, com isso, angariar aprovação no concurso. Nesse caso, às vezes, pode ser mais conveniente se esconder do que se mostrar, dizer não o que realmente se teria a dizer, mas apenas o dizível, o considerado adequado para a circunstância. Assim, os objetivos do produtor, associados àquilo que ele imagina ser a expectativa do recebedor, vão exigir um severo direcionamento da situação no sentido da conquista da meta planejada. Noutros termos, intencionalidade, aceitabilidade e situacionalidade vão se conjugar para exigir a auto-superação do candidato com vistas à produção de um texto o mais próximo possível do padrão considerado desejável.

As contingências apontadas autorizam algumas expectativas. O curso a que se destinam os candidatos, sua prévia seleção e suposta cuidadosa preparação, a importância social e a competi-

tividade do curso conduzem à hipótese de que tive em mãos um elenco de produções lingüísticas com alto padrão de textualidade. Por outro lado, fatores correlatos levam a esperar baixo grau de informatividade nas redações: todas elas integram a mesma prova, tratam do mesmo tema, proposto no mesmo momento. Foram elaboradas por pessoas sujeitas às mesmas condições históricas e culturais, pertencentes, em sua maioria, à mesma classe social e à mesma faixa etária, supostamente com a mesma habilitação e aptidão, que provavelmente se submeteram a uma preparação de tendência despersonalizante e que presumivelmente procuraram cumprir as exigências do programa.

Os fatores que sugerem a segunda hipótese pesaram mais que aqueles que dão origem à primeira. De início, um indicador disso foi a distribuição de freqüência das notas de redação, que revelou uma concentração em torno de 6 (seis), tanto para a amostra analisada quanto para o universo dos vestibulandos UFMG/1983 (segunda etapa). A análise qualitativa das redações vai confirmar essa suposição.

CAPÍTULO 4

A COERÊNCIA, A COESÃO E A INFORMATIVIDADE: BREVE ESTUDO QUANTITATIVO

A análise quantitativa não constitui o foco de interesse deste trabalho. Os números que apresento rapidamente aqui têm apenas a função de possibilitar uma visão panorâmica do que foi apurado no exame do *corpus* e, assim, marcar um ponto de partida para a análise qualitativa.

Computando quantas redações apresentaram uma ou mais infrações a cada *condição* considerada, obtive os resultados constantes da Tabela 1 a seguir.

TABELA 1

INFRAÇÕES ÀS CONDIÇÕES DE TEXTUALIDADE CONSIDERADAS		
Fatores	Condições	% de Redações com Infração
Coerência	Continuidade	32
	Progressão	30
	Não-contradição	
	interna	33
	externa	64
	Articulação	
	presença	56
	pertinência	56
Coesão	Continuidade	60
	Progressão	12
	Não-contradição	51
	Articulação	36
Informatividade	Suficiência de dados	65
	Imprevisibilidade	87

A Tabela 1 mostra que a informatividade foi o fator em relação ao qual houve maior número de redações com problemas: 87% delas feriram a condição de *imprevisibilidade* e 65%, a de *suficiência de dados*.

Em segundo lugar vem a *coerência*. Assinalo que os aspectos que têm a ver com a organização conceitual interna do texto, à exceção da condição de articulação interna ("presença"), se apresentam falhos num percentual relativamente baixo de redações (em torno de 30%). Já as condições de *não-contradição externa* e de *pertinência da articulação estabelecida* se mostraram problemáticas em mais da metade dos textos.

A coesão foi o fator que se apresentou deficiente num percentual menor de redações. O emprego de recursos lingüísticos que denotam a *pro-*

gressão (a estruturação de frases e parágrafos em função das relações entre dado e novo e entre tópico e comentário, o uso de mecanismos de criação de foco) se mostrou inadequado num percentual pouco significativo de redações (12%). Os mecanismos de junção e os articuladores do discurso, que servem à inter-relação das idéias do texto, foram mal empregados em 36% das redações.

O alto índice de redações com problemas quanto à condição de não-contradição (51%) se explica em função do grande número de falhas na área léxico-semântica: em 43% das redações foram constatadas impropriedades vocabulares que configuravam contradição entre o significante empregado e o significado cabível. Em 8% foram encontrados problemas concernentes ao uso de tempos e modos verbais, que redundam em contradições no regime enunciativo do texto.

Os recursos lingüísticos que expressam a continuidade tiveram utilização inadequada em 60% das redações. Esse percentual, em desacordo com os 32% de redações afetadas por problemas de continuidade no plano da coerência, exige um esclarecimento. Esse desacordo significa que, em muitos casos, a retomada de elementos era feita sem problemas no plano conceitual, mas se apresentava mal expressada na superfície do texto. Era possível perceber com nitidez que elemento estava sendo retomado, a retomada era pertinente, mas não havia, por exemplo, concordância entre o pronome e seu antecedente, ou entre o verbo e o sujeito elíptico. Os pronomes anafóricos e a elipse, aliás, foram os mecanismos de expressão da continuidade que apare-

ceram mal empregados com maior freqüência no *corpus*.

A Tabela 2 a seguir resume e torna de fácil visualização o que foi dito nos últimos parágrafos a propósito do emprego dos recursos de coesão:

TABELA 2

INFRAÇÕES RELATIVAS AO EMPREGO DE RECURSOS COESIVOS		
Condições	Mecanismos de coesão	% de Redações com Problemas
Continuidade	Pronomes anafóricos	32
	Elipse	
	substituição por zero	02
	concordância com sujeito elíptico	10
	Determinação por artigo definido	06
	Recorrência lexical	04
	Substituição lexical	06
	TOTAL	60
Progressão	Relações entre dado e novo	02
	Relações entre tópico e comentário	09
	Mecanismos de criação de foco	01
	TOTAL	12
Não-contradição	Tempos e modos verbais	08
	Compatibilidade léxico-semântica	43
	TOTAL	51
Articulação	Mecanismos de junção e articuladores	36
	TOTAL	36

É de interesse ressaltar que, individualmente, os itens que se apresentaram problemáticos em maior número de redações foram: o emprego

do vocabulário (43% dos textos com casos de contradição léxico-semântica); o uso de mecanismos de junção e articuladores do discurso (36% dos textos com problemas); o uso de pronomes anafóricos (32% das redações com problemas de falta de concordância, ambigüidade, etc.). Os outros itens constantes da Tabela mostram índices pouco ou nada significativos, o mais alto deles atingindo apenas 10%. Esse levantamento é importante como diagnóstico e sugere uma nova área de trabalho no cuidado com o aspecto formal da redação.

CAPÍTULO 5

A COERÊNCIA, A COESÃO E A INFORMATIVIDADE: ANÁLISE QUALITATIVA

Neste estudo qualitativo pretendo demonstrar quais foram os problemas constatados nos textos e que interpretação eles receberam. Para tanto, vou transcrever[14] e analisar algumas redações em que essas dificuldade aparecem bem caracterizadas e são representativas do que ocorreu com freqüência no *corpus*.

A intenção é apresentar exemplos característicos de infração a cada condição de textualidade fixada. Como não foi possível encontrar textos cujo único problema fosse uma falha bem delineada com relação a um determinado requisito, decidi apresentar a análise integral da redação escolhida para ilustrar o não-cumprimento de cada condição, destacando as dificuldades con-

cernentes à realização do requisito em foco, mas não ignorando as eventuais falhas relativas a outras condições. Posto que o *corpus* me oferecia mais de um texto com ocorrência típica e interessante de infração relativa a cada condição, ou me oferecia textos com manifestações diferentes do mesmo problema, julguei pertinente trazer à mostra mais de uma redação, em alguns casos.

1. Em foco: problemas relativos à coerência e à coesão

1.1. Falha na realização do requisito de continuidade

REDAÇÃO Nº 41

O homem como fruto do meio

O homem é produto do meio social em que vive. Somos todos iguais e não nascemos com o destino traçado para fazer o bem ou o mau.

O desemprego, pode ser considerado a principal causa de tanta violência. A falta de condições do indivíduo em alimentar a si próprio e sua família.

Portanto é coerente dizer, mais emprego, menos criminalidade. Um emprego com salário, que no mínimo suprisse o que é considerado de primeira necessidade, porque os sub-empregos, esses, não resolvem o problema.

Trabalho não seria a solução, mas teria que ser a primeira providência a ser tomada.

> Existem vários outros fatores que influenciam no problema como por exemplo, a educação, a falta de carinho, essas crianças simplesmente nascem, como que por acaso, e são jogadas no mundo, tornando-se assim pessoas revoltadas e agressivas.
>
> A solução é alongo prazo, é cuidando das crianças, mostrando a elas a escala de valores que deve ser seguida.
>
> E isso vai depender de uma conscientização de todos nós.

A descontinuidade é flagrante nesse texto, mas aparece aí associada à desarticulação. E não são esses os únicos problemas. Vejamos a análise.

A estrutura formal da redação corresponde à organização do texto dissertativo e atende, pois, às exigências do programa: um parágrafo introdutório, quatro de desenvolvimento e dois reservados à conclusão. De início, um número tão grande de parágrafos num texto relativamente pequeno faz suspeitar de uma certa fragmentação.

O título e a primeira frase lançam uma idéia que não será mais retomada explicitamente na redação e que só à custa de algum esforço do recebedor pode ser relacionada com os fatos e conceitos expostos. Não é imediata a compreensão de que apontar *o desemprego (...), a educação e a falta de carinho* como responsáveis, respectivamente, pela *criminalidade* e pela revolta e agressividade das pessoas corresponda a demonstrar que o homem é fruto do meio. É difícil também, à primeira leitura, descobrir em que e como a segunda frase da introdução pode se ligar à primeira. Na verdade, quem acredita que o meio determina a personalidade e o comportamento das pes-

soas não pode ser fatalista, não pode acreditar em *destino*. Mas, no caso em foco, essa relação tem que ser processada pelo leitor, o texto não lhe fornece sequer uma ajuda. E, mesmo depois de algumas leituras, continua difícil para mim entender o que tem a ver o fato de sermos *todos iguais* com a idéia de que *o homem é produto do meio*.

Reconheço, então, até aqui, no plano da coerência interna, falhas relativas à condição de continuidade e à de articulação. Considero que esses problemas dizem respeito mais à coerência que à coesão, na medida em que não se resolveriam pelo simples acréscimo de um ou outro recurso coesivo. Para saná-los seria necessário explicitar conceitos e relações, elementos integrantes da macroestrutura lógico-semântico-cognitiva, isto é, da coerência.

Vêm a seguir, na redação, três parágrafos interligados entre si, girando em torno da idéia de que o desemprego é causador da violência. A ruptura entre a introdução e esse trecho é chocante para o leitor, que, estupefato, se pergunta: que *desemprego*? que *violência*? o que tem isso a ver com o meio social, a igualdade entre os homens e a não-predestinação?

Aí, a descontinuidade se mostra também no plano da coesão. Na expressão *tanta violência* temos, ou um determinante endofórico sem correferente, ou um determinante exofórico. Não há meio de recobrar, no texto, o seu antecedente. O intensificador remete, em primeira instância, à situação específica de produção do texto (o tema proposto para a redação, que, afinal, não integra

o texto), e, em segunda instância, ao contexto histórico do momento (a exacerbação da violência no Brasil). Mas não remete a nenhum elemento do próprio texto. Outro problema de coesão aparece na frase seguinte, que pretende ser uma frase nominal, com predicado elíptico. Entretanto, esse recurso não foi bem aplicado, de modo que o que resulta para o leitor é a impressão de incompletude da sentença.

A passagem para o terceiro parágrafo traz novos tipos de problema. A afirmação de que o *desemprego é a principal causa de tanta violência* é seguida imediatamente da conclusão de que *mais emprego implica menos criminalidade*. Ou seja, os valores dos termos da primeira proposição simplesmente foram invertidos. A equação foi multiplicada por (−1):

−emprego = +violência → +emprego = −violência

Nenhum argumento foi apresentado para comprovar ou justificar a relação estabelecida entre os dois fatos. O raciocínio é circular, tautológico, e constitui uma infração localizada à condição de progressão. Além disso, traz problemas também à área da informatividade, com respeito à suficiência de dados e à imprevisibilidade. A idéia de que desemprego gera criminalidade é tão corriqueira, tão previsível, tão de todos, que o produtor do texto a toma por verdade inquestionável, que dispensa comprovação. Observe-se que o emprego do articulador lógico *portanto* não impediu a falha na estrutura conceitual.

O outro parágrafo infringe a condição de não-contradição interna, na medida em que nega ser o trabalho a solução, depois de o texto ter apon-

tado a falta de trabalho como a principal causa da violência. Essa contradição decorre da não-explicitação de conceitos e relações (desarticulação e insuficiência de dados): o texto não fornece os elementos necessários para se compreender por que o *trabalho não seria solução* e que *providências* deveriam ser tomadas.

O parágrafo seguinte trata de outra questão, cuja relação indireta com o título e a introdução tem que ser, como disse, mediada pelo recebedor. A continuidade é aí prejudicada também no nível da coesão, por duas ocorrências: a) a palavra *problema*, empregada como pró-forma nominal, sem referente claro (problema = o homem ser fruto do meio?/problema = violência?/problema = incapacidade do indivíduo de suprir suas necessidades?); b) um pronome anafórico sem antecedente expresso na superfície textual (*essas crianças*). Além disso, há uma ocorrência que configura contradição léxico-semântica: *educação e falta de carinho* não podem ser tomadas equivalentemente como *fatores que influenciam no problema* porque *educação* não é problema, devia ser solução...

A conclusão do texto se aplica apenas ao parágrafo imediatamente anterior e não à integridade da redação. Ou seja, as idéias lançadas na introdução e na primeira parte do desenvolvimento são esquecidas, não ganham seqüência, não são levadas a termo. Vê-se, então, que, nessa redação, o problema da descontinuidade é macroestrutural, perpassa todo o texto.

Há ainda, na conclusão, falhas quanto aos dois aspectos da informatividade. Outra vez são lançadas idéias estereotipadas sem discussão

nem esclarecimentos. O leitor cuidadoso fica sem respostas: que *escala de valores*? por que *deve ser seguida*? o que se entende por *conscientização*? como e por que a *solução depende da conscientização de todos nós*?

Uma última observação: a redação 41, com problemas na realização da coerência, da coesão e da informatividade que degradam seu padrão de textualidade, não apresenta desvios significativos da norma culta e traz poucas falhas no tocante à utilização do código escrito (ortografia e pontuação).

1.2. Falha na realização do requisito de progressão

REDAÇÃO Nº 93

Violência Social
A sociedade em desarmonia

A cada dia que passa a violência social aumenta. A sociedade não consegue viver em harmonia.

O que acontece com as pessoas, é que elas não conseguem chegar a um resultado comum. A agressão, tanto física, como moral é mais uma rotina de nossos dias. As constantes guerras, são imagens de total falta de conscientização com a vida do próximo.

A desarmonia entre os povos acarretará conseqüências trágicas sem qualquer benefício. As pessoas são egoístas só pensam em si mesmas, não se preocupam com seu semelhante. No mundo de hoje há poucas pessoas que lutam por dias melhores.

> Sendo assim, a tendência é o aumento da violência com resultados irreparáveis. As pessoas se afastam umas das outras a cada momento. Vivem assim em plena desarmonia.

Esta redação exemplifica tipicamente o problema da falta de progressão no âmbito textual. A rigor, comporta uma única idéia, expressa no título e repetida e parafraseada em todos os parágrafos: a desarmonia da sociedade atual.

A introdução declara que há violência e não há harmonia. O primeiro parágrafo do que deveria ser o desenvolvimento parafraseia a declaração de que não há harmonia (*as pessoas não conseguem chegar a um resultado comum*) e apresenta exemplos de violência (*a agressão tanto física como moral e as constantes guerras*). O parágrafo seguinte retoma a questão da desarmonia, para dizer que ela *acarretará conseqüências trágicas sem qualquer benefício*, mas não esclarece quais são essas conseqüências ou esses benefícios. É retomado também um argumento lançado no parágrafo anterior e que se mostra como causa ou explicação para a violência e a desarmonia: *as pessoas são egoístas (...), não se preocupam com o semelhante (...) lutam por dias melhores*. Daí o produtor do texto infere que a violência vai aumentar, *com resultados irreparáveis* (=*conseqüências trágicas*) e que as pessoas *vivem em plena desarmonia*. Todo o conteúdo semântico dessa redação pode ser expresso numa frase: na sociedade atual há violência e desarmonia, porque as pessoas são egoístas.

Além de se repetir internamente, as poucas idéias que o texto traz não são mais que repetidos e desgastados lugares-comuns. E aí também aparece, como correlata do emprego de clichê, a ausência de reflexão sobre o problema, a não-apresentação de explicação ou esclarecimento sobre as afirmações feitas, o que impede o leitor de ir um milímetro além das declarações superficiais e pouco significativas do texto. Há uma série do que Pécora (1983: 77) chama de "vácuos semânticos", à espera de significação: *viver em harmonia, resultado comum, falta de conscientização, conseqüências trágicas, benefício, dias melhores, resultados irreparáveis*. A redação fere, assim, as condições de suficiência de dados e de imprevisibilidade. Do ponto de vista semântico e cognitivo, esse texto não apresenta elementos que justifiquem sua existência.

No plano da expressão, a redação se compõe de poucas frases, curtas, todas elas na ordem direta, independentes ou coordenadas entre si. Todas as proposições são colocadas no mesmo plano, assindeticamente, não há entre elas sequer uma relação de subordinação. São usados apenas dois articuladores, quase iguais, com o mesmo sentido e a mesma função de introduzir as pretensas conclusões — *sendo assim* e *assim*. Não há nada que se possa chamar de infração, mas a estrutura informacional, recurso de coesão relativo às técnicas de arranjo das informações segundo sua novidade ou relevância, é monótona, porque repete sempre o esquema mais comum, não marcado, com exceção apenas da primeira frase do segundo parágrafo, em que se emprega um

mecanismo criador de foco (*o que acontece... é... que*).

Os períodos curtos e não ligados por conectores resultam num texto fragmentado, cujas frases não se engatam. As relações de sentido não progridem, como diria Marcuschi (1983), não se desenvolvem, pois o único vínculo entre as proposições é a reiteração lexical pura e simples ou a paráfrase. Neste texto, a fragilidade coesiva espelha as falhas na coerência e na informatividade.

Entretanto, a redação é *certinha*, cumpre com as exigências do programa do concurso. Exibe uma introdução, dois parágrafos de "desenvolvimento" e uma pseudoconclusão, devidamente introduzida por um *sendo assim*. Não há desvios da morfo-sintaxe padrão, a ortografia oficial é respeitada, os únicos erros concernem à pontuação: duas vírgulas que sobram e uma que falta.

1.3. Falha na realização do requisito de não-contradição

REDAÇÃO Nº 49

Violência Social

A violência social tem acentuado no decorrer dos tempos, devido a vários fatores como: o desemprego, o analfabetismo e a discriminação social.

A primeira causa que conduz vários indivíduos a violência é o desemprego, constante em nossos dias e que sem terem condição de trabalho, ficam angustiados, deprimidos e partem para o assalto, seqüestro, com armas, ferindo

homens inocentes e vítimas da revolta dos violentos.

Já a segunda, impede a valorização de várias pessoas dentro da sociedade, distanciando homens da nossa cultura e informação, tornando-os rudes, agressivos e levando-os a violentarem pessoas, tanto fisicamente como moralmente.

Por último, a discriminação social leva à separação de classes, tornando prejudicados os humildes, sem chance de integração social, que assumem papéis secundários e muitas vezes desprezíveis. O Povo sente na carne e nasce um clima de rivalidade acentuada, que acarreta o ódio e conseqüentemente, leva ao crime.

Portanto, se levarmos em consideração estas três causas citadas acima, observaremos que são fortes e levam o homem ao desespero. Devemos superá-las, através da conscientização dos problemas, resolução dos mesmos, acabando com as limitações sociais e fazendo justiça à massa popular.

Esta redação, como a seguinte, identifica violência social com criminalidade urbana, embora tal identificação não venha explícita. Só a partir dessa delimitação de sentido é que é possível entender por que os fatores mencionados são tidos como *causa*, e não como efeito, da violência social. Este texto busca explicar um fenômeno *social* indicando os motivos que levam *indivíduos* a se tornarem criminosos, e se mantém coerente nessa contradição, que é fruto de uma análise apressada e superficial do tema, problema detectado também na redação que se segue.

A contradição se manifesta, também, numa série de ocorrências localizadas. A primeira delas é o anacronismo presente logo na primeira frase, a qual, entre outros fatores, toma um problema conjuntural do momento da produção do texto — *o desemprego* — como causa do agravamento da violência social *no decorrer dos tempos*.

Outra contradição aparece no terceiro parágrafo. Ao explicar por que considera o analfabetismo causa da violência, o produtor do texto faz uma afirmação incompatível com o que geralmente se observa no mundo real: que os analfabetos são *rudes e agressivos* e violentam física e moralmente as pessoas.

No parágrafo seguinte, localizo outra inversão entre causa e conseqüência (*a discriminação leva à separação de classes*) e uma contradição léxico-semântica na frase que diz *os humildes, sem chance de integração social, assumem papéis secundários, muitas vezes desprezíveis*. Ora, quem assume um papel numa comunidade, ainda que esse papel seja secundário ou desprezível, está integrado nessa comunidade.

A conclusão, além do simplismo da proposta de solução, falha quanto à suficiência de dados, na medida em que não fornece os elementos necessários para se entender como *superar* as causas citadas, resolver *os problemas, acabar com as limitações e fazer justiça à massa popular*, tudo isso simplesmente *através da conscientização*. Esse bloco de "noções confusas" e "provas de caráter moral" (cf. Pécora, 1983: 76-78) em nada contribui para o equacionamento da questão.

De passagem, chamo a atenção para um problema de continuidade, no nível microestrutural,

manifesto no mau emprego de recurso coesivo interfrásico. Trata-se da elipse mal aplicada do termo *vários indivíduos*, objeto direto de *conduz*, no segundo parágrafo. Esse termo é recuperado elipticamente, através da concordância verbal, em uma seqüência de orações já distanciadas dele, das quais a primeira tende a ser interpretada como oração adjetiva referente ao termo *desemprego*, candidato a antecedente mais viável, em razão da proximidade.

Merece destaque a perfeita estruturação formal desse texto, que mascara a sua fragilidade conceitual. Na introdução, o produtor indica três causas da violência social; trata de cada uma delas em um parágrafo do desenvolvimento, empregando com pertinência os mecanismos de coesão, e, em seguida, as retoma na conclusão, onde utiliza, também com adequação, o articulador lógico *portanto*.

Quanto à correção, há apenas falhas sem importância, referentes à pontuação e ao emprego de maiúsculas.

REDAÇÃO Nº 45

Violência Social

A violência social é gerada pelo propio sistema. Ela existe a um longo tempo e acentuou-se nos últimos tempos devido ao crescimento desordenado das grandes cidades.

O êxodo rural vem aumentando cada vez mais e formando um crescimento desordenado das áreas urbanas. Estas pessoas não encontrando meios de sobrevivência adequado, passam a viver

em favelas. Nelas não existindo condições humanas como: higiene, escolas, hospitais, alimentação adequada, assistencia social, habitação, ira gerar uma série de danos para esta população, como por exemplo o menor abandonado, que automaticamente sera um marginal para sociedade.

Esta população carente, ira lutar pela sobrevivência, lançando mão de coisas ilegais como: trafico de drogas, roubous, contrabando, enfim uma série de coisas que levam a violência social. Pessoas que se desesperam com a falta de dinheiro, e como não conseguem arranjar emprego, partem logo para o lado do roubo.

O capitalismo centraliza o poder nas mãos de uma minoria, que controla tôdo o sistema, não havendo uma boa distribuição de renda, havera uma disputa que gera em briga de classes.

Um país para controlar este problema teria que investir em cima da educação destes menores, emprego a estas pessoas, e se possivel fazer um controle de natalidade, enfim dar condições humanas para tôda esta população carente.

A redação nº 45 exibe ocorrências significativas, porque muito recorrentes no *corpus*, de um tipo de contradição externa. Trata-se da generalização indevida de afirmações que não podem ser estendidas, de maneira imediata e simplista, a todos os indivíduos que se encontram sob determinadas condições. É a aplicação irrefletida de um estereótipo corrente e perigosamente falseador de realidade.

Primeiro ela condena toda criança como marginal nocivo à sociedade e incrimina toda a *popu-*

lação carente como culpada de *tráfico de drogas, roubos* e *contrabando*. Em seguida, afirma, peremptoriamente, que *as pessoas que não conseguem arranjar emprego partem logo para o lado do roubo*. Essa radicalização não é compatível com a realidade. Há uma grave distorção em identificar toda a população pobre, em sua maioria trabalhadora e sacrificada, com uma minoria de marginais e criminosos.

Uma dessas afirmações da redação, além de contradizer a realidade, se mostra ambígua, difícil de entender: o *menor abandonado* será um dano para a população favelada ou para o resto da sociedade? Será que ele, sendo um dano para esta população, se transformará *automaticamente* num *marginal para a sociedade*? Como? Esse *menor abandonado* é uma decorrência da falta de *escolas*, do mesmo modo que endemias como a verminose seriam decorrentes da falta de *higiene, hospitais, alimentação adequada*? Assim, as crianças, tanto quanto as doenças, constituiriam *danos* para os favelados?

Faltam elementos que possibilitem respostas a essas perguntas. Faltam informações, esclarecimentos quanto a determinados conceitos, e falta relação entre os conceitos apresentados. Com isso o texto fere também os requisitos de suficiência de dados e de articulação. Essas falhas no nível lógico-semântico-cognitivo se refletem na superfície textual, na forma de um período sintaticamente mal estruturado, cujo sujeito é uma oração causal reduzida de gerúndio.

É curioso como, apesar dessa zona de turbulência, a redação guarda alguma coerência no

âmbito global. A origem da violência é atribuída ao *propio sistema*, depois identificado com o *capitalismo*, centralizador de poder e riqueza e gerador da *briga de classes*. *O crescimento desordenado das grandes cidades* é apontado como causa imediata do acirramento recente da violência urbana e, em seguida, é explicado pelo *êxodo rural* e a formação de *favelas*, consideradas autênticos viveiros de delinqüentes: os menores abandonados e os adultos desempregados. A conclusão, então, aponta maneiras de remediar a situação: quanto aos menores, educá-los, se não for possível evitar que eles nasçam; quanto aos adultos, dar-lhes emprego. Quer dizer: a conclusão propõe eliminar os *danos* e suas causas (a falta de *condições humanas*).

A transformação do *propio sistema*, apontado como causa geradora da violência, é uma hipótese sequer cogitada. A substituição do *capitalismo* por um regime mais igualitário nem sequer é aventada. A consideração dessa possibilidade, ainda que para demonstrar sua inviabilidade ou inutilidade, viria satisfazer à lógica interna do texto e daria mais consistência à argumentação. Tal como está, o raciocínio parece truncado, não acabado.

Apesar das falhas na estrutura lógico-semântico-cognitiva, na superfície a redação se mostra, em linhas gerais, *certinha* e organizada. Seu único problema formal significativo é a má estruturação de um período do segundo parágrafo.

1.4. Falha na realização do requisito de articulação

REDAÇÃO Nº 7

Violência Social

A violência em nosso pais esta a cada dia que passa se acentuando mais, isto devido a diversos fatores podemos citar o fator economico a ganancia do homem pelo dinheiro, o desemprego dos pais, a falta de moradias, alimentação e educação impedem o de criar seus filhos dignamente dai a grande violencia da sociedade o menor abandonado, que sozinho sem ter uma mão firme que o conduza pela vida, parte para o crime o roubo na tentativa de sobreviver.
A falta de terra para nossos indios contribuindo assim para extinção da especie.
A matança sem controle de nossos animais, a poluição de nossas aguas pelas industrias e a destruição de nossas matas em nome de um progresso uma tecnologia importada a custo do sacrificio economico financeiro de nosso povo.
O homem se esqueceu dos fatores basicos para sua sobrevivencia em sociedade, a alimentação o trabalho e educação que cada dia que passa se torna mais dificil, a sua historia é o oxigenio que é fator principal para sobrevivencia de qualquer ser, tudo isto pelo dinheiro pela maquina que o apaixona tornando o cego para necessidades primarias da vida.
O homem caminha para sua propria destruição.

Essa redação beira os limites do não-texto. Seu processo de elaboração parece ser o da associação livre, as idéias são jogadas no papel sem

a preocupação de se estabelecer qualquer correlação entre elas. Todas elas, é verdade, têm a ver, algum modo, com a questão da violência, mas essa ligação não é explicitada. Falta uma rede que as articule, uma hierarquia que as organize. Elementos de peso e amplitude diferentes são colocados no mesmo plano, não se distinguem causas, sintomas ou conseqüências. Por exemplo, alguns elementos arrolados como responsáveis pelo agravamento da violência, como *o desemprego dos pais e a falta de moradia, alimentação e educação*, são decorrentes do que o texto designa genericamente como *fator econômico*, mas essa relação não é estabelecida.

Outras manifestações de violência, sem vínculo direto com os problemas urbanos mencionados, são incluídas no rol das ações humanas que a redação condena. Refiro-me à *falta de terras para os nossos índios* (tidos como integrantes não da espécie humana, mas de outra *espécie* em *extinção*?) e à destruição da natureza (*animais, águas e matas*). A inclusão se faz através de frases nominais que exprimem, na superfície, a desconexão que existe na estrutura conceitual subjacente.

Há na tessitura do raciocínio descontinuidades e lacunas que só podem ser reconstituídas pelo leitor à custa de algum esforço. Um exemplo é a menção ao *oxigênio*, qualificado como *fator principal para sobrevivência de qualquer ser e* identificado com a *história* do homem, numa passagem que fala *dos fatores básicos para a sobrevivência em sociedade*, dos quais o *homem se esqueceu*. A única possibilidade de processamento dessa ocorrência de "terceira ordem" é, como di-

riam Beaugrande e Dressler (1983: 144), seu "rebaixamento" para uma ordem mediana de informatividade, através da sua vinculação com o fenômeno da *destruição de nossas matas* aludido no parágrafo anterior.

Esse jorro caótico de idéias, relacionáveis entre si e com o tema, mas não articuladas de fato pelo produtor do texto, é caso típico de infração ao primeiro aspecto da condição de articulação: a presença efetiva das relações. A única pista dada ao leitor como possibilidade de nexo entre os vários fatos arrolados é a lacônica frase final: *o homem caminha para sua própria destruição.*

No plano da coesão, a estrutura do texto lembra uma longa enumeração, com frases nominais e sem mecanismos de junção interoracional, que corresponde à desarticulação apontada no plano da coerência.

Ressalto que essa é uma das poucas redações do *corpus* que não atendem à exigência do programa do vestibular referente à organização do texto em introdução, desenvolvimento e conclusão. É, também, uma das poucas que carregam em alta incidência de erros formais, em diferentes níveis, desde a ortografia e a pontuação até a construção de cadeias anafóricas interfrasais, passando pela morfo-sintaxe e a estruturação de períodos.

REDAÇÃO Nº 74

Violência Social

O que gera a violência? A falta de amor; a ganância; a luta pelo poder; a

pobreza, os desgostos, traumas; a falta de alfabetização ou seria as más condições do ser humano de sobreviver?

O homem caminha em busca de paz e a cada dia ele geme, chora e teme por saber que a violência cada vez mais se agrava.

O mundo caminha para um caos, a frieza em que as relações humanas persistem em viver, dá para se ter uma idéia que não é só nosso pais que sofre deste mal.

A violência está alastrando-se como uma epidemia onde o futuro de todos é incerto e doloroso.

Ao amanhecer abrimos o jornal e o que mais nos fascina são os crimes: mulheres vítimas de seus maridos; estrupos, mortes, desastres e suicídios. E deparamos diante destes quadros frios e incalculistas. Agimos mal? Erro só nosso!

A violência é um crime social, ameaça nossa sociedade, onde fazemos parte dela, onde vivemos e é por certo a quem devemos lutar e proteger! Ela não é só um problema de governantes, autoridades policiais, da Igreja ou de Deus; é um problema nosso, de nossos filhos ou de animais (restos de homens alienistas) de uma tremenda catástrofe em que vivemos ao lado dela a cada instante...

Embora menos grave que a nº 7, a redação 74 também constitui caso típico de infração ao requisito de presença de articulação entre fatos e conceitos. A introdução tem a mesma constituição de *saco de gatos* que comanda a composição anterior. O produtor do texto enumera alguns fatos que podem ser relacionados à violência, sem se preocupar em ordená-los ou mostrar os possí-

veis nexos existentes entre eles. Por exemplo: o que seriam *a pobreza e a falta de alfabetização* senão componentes das *más condições do ser humano de sobreviver*?

As idéias lançadas na introdução não são retomadas nem discutidas durante o texto. O segundo parágrafo fala de uma realidade que é, em si, contraditória (a busca de paz *versus* o agravamento da violência), mas não lida bem com essa contradição, porque não a expressa através dos conectores interfrasais adequados. O terceiro parágrafo alude a um fato que não é relacionado a nenhuma ocorrência anterior ou posterior (*a frieza das relações humanas* no âmbito internacional). Há, ainda, falhas quanto ao requisito de suficiência de dados, caracterizadas pela ausência de delimitação do sentido de conceitos difusos como *falta de amor, desgostos, traumas, más condições do ser humano de sobreviver, frieza das relações humanas*, e pela falta de explicação para o papel a eles atribuído como fontes ou manifestações da violência.

O quinto parágrafo comporta uma exemplificação do que é violência para o produtor do texto e anuncia a conclusão, através de contradições léxico-semânticas. Como entender, por exemplo, *quadros frios e incalculistas*? Para que a passagem faça sentido, é preciso traduzir *deparamos* por "paramos" ou "ficamos paralizados" e entender como "omissão" a ação sugerida pela pergunta que se segue: *Agimos mal? Erro só nosso*! Esse é o único meio de relacionar ao texto a conclusão, que quer demonstrar que a violência é um problema da responsabilidade de todos os cida-

dãos, e não só de *governantes, autoridades policiais, da Igreja, ou de Deus*. Permanecem fora da rede de relacionamentos plausíveis, configurando ausência de articulação, os *animais (restos de homens alienistas) de uma tremenda catástrofe*.

À falta de relacionamento entre os fatos e conceitos denotados corresponde, nessa redação, a ausência de mecanismos de junção. Não há um só conector que faça a ligação dos vários parágrafos entre si. Além disso, a falta de clareza quanto às relações entre indivíduo e sociedade, mencionadas na conclusão, transparece no emprego inadequado dos relativos da primeira frase deste parágrafo e na ambigüidade dos anafóricos dessa frase e da última. Tais falhas contrastam com a aparente boa organização da redação que respeita o modelo fixado para textos dissertativos.

Deixo aqui uma anotação quanto ao esforço que textos como este e o anterior (redação 7) exigem do leitor que pretenda interpretá-los. Sem a cumplicidade benevolente do recebedor não se constrói o seu sentido.

REDAÇÃO Nº 3

Violência Social

A violência social está muito presente na nossa sociedade. Como exemplo nós podemos citar a morte de Sete-quedas e as condições precárias dos manicômios.

O assassinato de Sete-quedas não foi uma escolha popular. E quando os

direitos de qualquer pessoa são violados, ocorre violência social.

O progresso é característica de países desenvolvidos, mas para que ele tenha sucesso é preciso que seja bem planejado. Com a morte de Sete-quedas, o Brasil ganhará divisas e Itaipu será a maior usina hidrelétrica do mundo. Mas por outro lado a natureza brasileira ficará seriamente abalada. Muitas espécies de peixes podem se extinguir, isso porque o fenômeno da piracema que ocorre no mês de agosto, quando os cardumes de peixes vão para as cabeceiras do rio para desova, não poderá mais ocorrer.

As condições precárias em que se apresentam os manicômios brasileiros é uma violência social para os pacientes. As condições higiênicas são péssimas, geralmente os manicômios abrigam o dobro de pessoas que comportam, a assistência médica quase sempre não tem e os pacientes tomam grandes quantidades de remédios sem controle médico. Desta forma os pacientes nunca se curam.

Portanto quando o país souber da grande importância em escolher, as violências sociais terminaram.

Para falar de violência social o produtor do texto toma dois aspectos de remota vinculação com o assunto e nenhum vínculo entre si: *a morte de Sete-quedas e as condições precárias dos manicômios*. A possível relação dos fatos apontados com o tema não é efetivamente estabelecida. O autor da redação forja uma ligação indireta entre *o assassinato de Sete-Quedas* e a violência social através da mediação da ausência de *escolha popular* como base para a decisão governamen-

tal de afogar, no lago de Itaipu, o Salto de Sete Quedas. Não se lembra, por exemplo, de alegar que a destruição da Natureza é uma ameaça perigosa para a sociedade humana, e não apenas para as espécies animais. Por sua vez, a dimensão social da precariedade dos *manicômios*, problema de saúde pública, também não é lembrada pelo produtor do texto, que a restringe ao âmbito interno das instituições, como violência contra os pacientes. Assim, o que se tem na redação são "provas" apenas remota e artificialmente relacionáveis com o assunto em foco: a ameaça de extinção dos peixes pela não-ocorrência da *piracema* e a dificuldade de cura dos doentes internados nos hospícios. Essa redação é um exemplo típico de falha quanto à pertinência na articulação de fatos e conceitos.

Na tentativa de desenvolver seus argumentos, o autor da redação incorre ainda em tautologias e impropriedades. É tautologia falar no *progresso* de *sucesso* dos países *desenvolvidos*. É impróprio falar em *morte e assassinato de Setequedas* sem prestar ao leitor maiores esclarecimentos (infração à exigência de suficiência de dados). Um recebedor que não detenha as informações prévias necessárias pode interpretar *Setequedas* como o nome de algum herói popular assassinado.

Nesse texto, a conclusão não decorre, absolutamente, do desenvolvimento das idéias apresentadas. Antes, parece um artifício descoberto pelo produtor para se safar da dificuldade de fechar convenientemente a redação, justificando a inclusão de elementos tão discrepantes. Não há

nada, no texto ou fora dele, que permita inferir que basta saber que é importante escolher para se eliminar a violência social. Se essa dedução se vincula, por recorrência lexical, ao pretexto usado para qualificar o *assassinato de Sete-quedas* como violência social, não mantém com o segundo argumento sequer uma ligação superficial e longínqua.

É curioso como o produtor do texto tenta esconder a efetiva desarticulação entre os argumentos que utiliza sob a máscara de uma estrutura formal canônica, superficialmente perfeita: na introdução, apresenta o tema e anuncia os dois aspectos sob os quais irá abordá-lo; no desenvolvimento, reserva dois parágrafos distintos, para tratar cada vez de um argumento; na conclusão, devidamente precedida do articulador lógico *portanto*, retoma uma idéia do desenvolvimento e faz uma projeção relativa à possibilidade de solução do problema. Tudo certo e *arrumadinho*, mas sem sentido.

2. Em foco: problemas relativos à informatividade

2.1. Falha na realização do requisito de suficiência de dados

REDAÇÃO Nº 85

Violência Social

A violência social vem sendo praticada no mundo inteiro, em todas as classes da sociedade.

É uma luta pelo poder e pela sobrevivência. Uns matam e roubam para sobreviver, conseguir um pedaço de pão e ter com que se alimentarem, outros praticam a violência apenas com o objetivo de enriquecerem ainda mais e dominar a classe mais fraca.

Há rivalidades até entre famílias, filhos matando pais para tomar o que lhes pertence, irmãos brigando entre si.

Brigas por posses de terras, causando guerras entre países como ocorreu há pouco tempo e continua acontecendo.

Por qualquer motivo se pratica a violência, uma simples discussão, ciúmes, um lugar em fila de ônibus, etc. Ninguém respeita o próximo, qualquer coisa, por menor que seja, serve de motivo para acabar em violência e basta andarmos uns minutos pelas ruas, para encontrarmos vários exemplos.

Assim como há os que praticam a violência pelo poder e pela sobrevivência, há também muitos que a praticam por prazer, por querer mostrar que pode mais que o outro.

Uma ocorrência típica do problema de que estou me ocupando se localiza no quarto parágrafo dessa redação: *brigas por posse de terras, causando guerras entre países como ocorreu há pouco tempo e continua ocorrendo.* Nada há no texto que informe de que terras, de que guerras, de que países e de que tempo se está falando.

Que força pode ter um argumento como esse, que não esclarece a que está se referindo? Em vez de contribuir para a persuasão do leitor, esse argumento tem o efeito de reduzir a eficiência pragmática do texto, pois a impressão que deixa é que o autor da redação não pôde fornecer

dados mais completos em função de sua ignorância. Ora, quem ignora o assunto de que fala não merece crédito, não faz jus à cooperação do interlocutor. Não tem aceitabilidade. No entanto, no vestibular, obter a aprovação do recebedor é fundamental...

A falha apresentada não é ocorrência isolada e excepcional no texto. Pelo contrário, apenas ilustra o tom escapista que perpassa toda a redação.

O fio condutor do texto é a tentativa de definir e exemplificar o que seja *a violência social*, para demonstrar que ela *vem sendo praticada no mundo inteiro em todas as classes sociais*. O resultado, no entanto, é uma noção obscura e contraditória, em virtude da abrangência pretendida e da variedade e indefinição dos exemplos. Tanto é violência social o enriquecimento ilícito quanto a disputa por um lugar na fila do ônibus; tanto as guerras internacionais quanto as rivalidades familiares. Os motivos que a desencadeiam vão desde a legítima luta pela sobrevivência até o anseio de poder e riqueza, passando pelo ciúme e pela mais cruel vaidade (a dos que *a praticam por prazer, por quererem mostrar que podem mais que o outro*). Assim, fica difícil reconhecer e situar o caráter social do fenômeno e fica difícil compor um conceito nítido e coerente do termo em questão. Se a violência é praticada pelos que têm *o objetivo de enriquecerem ainda mais e dominar a classe mais fraca*, essa classe, obrigada a matar para roubar *um pedaço de pão* (!), não seria vítima, em vez de agente, da violência social?

Transparece, nesse texto, a superficialidade da reflexão, explicável pelas contingências da situação de produção e que se manifesta, como se viu, não apenas pela não-explicitação de dados necessários (que *brigas*, que *terras*, que *guerras*?), mas também pela não-construção de uma rede de relações que articule e organize todos os fatos mencionados.

No entanto, mais uma vez, tem-se uma redação *certinha* e feita de modo a atender as exigências do modelo de composição estabelecido para os textos dissertativos.

REDAÇÃO Nº 26

Violência Social

Atualmente, um dos grandes problemas que afetam a vida de uma sociedade, é a violência nela incerida. Violência essa que devido a vários fatores, segundo sociólogos, psicólogos e outros estudantes das ciências humanas, será praticamente impossível de ser eliminada.

A dificuldade na solução deste problema, está na complexidade do mesmo. Várias são as suas causas e para cada uma se faz necessária uma medida especial, medidas essas que muitas vezes são impossíveis de serem colocadas em prática.

A violência pode ser gerada pela própria sociedade, por crises econômicas, por um problema mental do indivíduo, pelo grande número de adeptos ao uso de drogas, e por uma enorme série de outros fatores.

Devido as perspectivas quase que inexistentes em uma solução a curto ou

> médio prazo para a questão da violência, o melhor a fazer, é se precaver para não se tornar mais uma vítima de um dos problemas mais sérios da nossa sociedade.

A sonegação de informações é o que me incomoda nesse texto. A introdução e o primeiro parágrafo manifestam de modo especial essa falha, pois criam no leitor expectativas que não são satisfeitas: quais são os *vários fatores* e as *várias causas* da violência? a que *medidas especiais* se refere o autor? por que elas *são impossíveis de serem colocadas em prática*? afinal, em que consiste a *complexidade* desse problema e por que ele é *praticamente impossível de ser eliminado*?

O segundo parágrafo, ao invés de remover a instabilidade da comunicação, satisfazendo a curiosidade do leitor, apresenta uma seqüência de explicações vagas e desconexas, nenhuma delas retomada e especificada depois: a *própria sociedade, crises econômicas, um problema mental do indivíduo, o grande número de adeptos ao uso de drogas*. Essa seqüência é encerrada de uma forma que aumenta a frustração do recebedor, ao invés de resolvê-la: *uma enorme série de* ***outros fatores*** (grifo meu).

A conclusão não vem para esclarecer mas para escapulir. Retorna à idéia duas vezes expressa, mas não desenvolvida, da quase impossibilidade de solução para a violência social, sem fundamentar ou justificar essa descrença no futuro. E recomenda a cada um *se precaver para não se tornar mais uma vítima* (...), o que não é uma

solução, mas uma escapatória. A proposta é fugir do problema, como o autor fugiu do tema...

Para mim, esse é um texto que faz que diz, mas não diz.

Quanto aos aspectos mais superficiais, apresenta desvios no que tange à morfo-sintaxe padrão e às regras de ortografia e pontuação. Sua estrutura formal aparente, no entanto, segue o molde ortodoxo de dissertação, compondo-se das três partes tradicionais.

2.2. Falha na realização do requisito de imprevisibilidade

2.2.1. Considerações preliminares

A exigência de imprevisibilidade não é, nem poderia ser, absoluta. As contingências histórico-sociais inviabilizam, de certa forma, a originalidade total. Segundo Pêcheux (1969: 16), as circunstâncias condicionam, efetivamente, a produção dos discursos. Eu não pretendia, ao avaliar redações feitas *no Brasil, em 1983*, sobre *violência social*, encontrar textos que não aludissem aos elementos corriqueiros da nossa realidade da época (e de hoje também), como os assaltos, o menor abandonado, a pobreza do povo, a injusta distribuição social da riqueza, o desemprego. Esses elementos é que integram nossa experiência. Eles é que constituem o material cognitivo com o qual trabalhamos na produção de nossos textos; eles

é que compõem os modelos de conhecimento com os quais processamos os textos que recebemos.

Entretanto, é sempre possível a elaboração pessoal desse material cognitivo comum. Por isso, como estava lidando com falas de indivíduos, considerei razoável esperar maneiras diferentes de interpretar e valorizar os componentes da realidade. Mas não foi isso o que encontrei. Grande parte das redações traz um grau elevado de previsibilidade, não só porque se compõe de argumentos recorrentes e de estereótipos relacionáveis ao tema (referentes a *amor*, paz, *unidade nacional*, etc.), mas, principalmente, porque apresenta uma única leitura de mundo.

Poderia incluir aqui um número bem maior de redações, mas isso seria duplamente desnecessário. Em primeiro lugar, porque a recorrência de algumas idéias já está comprovada pelas redações transcritas até agora a propósito de outros problemas. Em segundo lugar, porque a reprodução de mais algumas redações não traria novidade, seria apenas redundante.

Basta, então, que eu apresente alguns exemplos típicos, que dão conta de grande parte dos textos integrantes do *corpus*. O mesmo arcabouço formal e conceitual, com poucas variações previsíveis, pode ser reconhecido em pelo menos 45 das cem redações analisadas. Quase a metade dos candidatos integrantres da amostra escreveram *o mesmo texto*. Os outros 55 textos não se apresentam inteiramente originais, mas acrescentam elementos a esse esquema ou arranjam de maneira diferente os elementos que o compõem.

O molde é o seguinte:

a) na *introdução*, declara-se que a violência social é um problema do mundo todo, muito discutido, e/ou que se mostra muito acentuado nos dias de hoje;

b) no *desenvolvimento*, exemplifica-se o agravamento da violência falando da falta de segurança nas cidades (*assaltos, roubos, estupros, pivetes, trombadinhas*) e apontam-se suas causas sociais (*o êxodo rural, o desemprego, a marginalização, as favelas*) e/ou morais (*o egoísmo e a ganância do homem, a falta de amor ao próximo*);

c) na *conclusão*, apregoa-se a necessidade de *conscientização e humanização* das pessoas, ou apontam-se objetivamente medidas a serem tomadas pelo *governo* e pela *classe dominante* (*emprego, escola e habitação para todos*), ou profetiza-se que não há solução para o problema.

As redações transcritas a seguir ilustram algumas variantes do modelo. São, em geral, textos com razoável *correção* gramatical e que obedecem ao padrão de estruturação formal estabelecido para a dissertação.

2.2.2. Análise de algumas redações

REDAÇÃO Nº 2

Violência Social

Violência é um tema muito discutido. Atualmente, um dos grandes problemas dos brasileiros é a violência social. Pesquisadores, psicólogos, educadores, têm procurado um meio eficaz para solucionar o problema, que se agrava, a cada dia que passa.

> O maior índice de ocorrência está localizado entre os pobres. As pessoas pobres geralmente são muito carentes de amor, de carinho, de compreensão, são marginalizadas e a sociedade os recrimina e os maltrata. Então eles usam a violência como fuga da sociedade, dos problemas e de si mesmos.
>
> A violência também está entre os ricos e poderosos, que na sua ânsia de riqueza e poder, usam a violência como forma de obter o desejado.
>
> Enfim, a violência social está no mundo inteiro, presente na maioria das pessoas, que a usam como fuga ou desejo de algo. Espera-se uma solução para, pelo menos, diminuir o índice de violência na nossa sociedade. Para uma solução acertada, é preciso de uma conscientização de todas as classes sociais no sentido de mostrar que a violência não é a única saída para os problemas.

A redação nº 2 exemplifica bem o modelo. Inclui na introdução duas das três formas de apresentação do assunto mais recorrentes — *a violência é um tema muito discutido* (...) *que se agrava a cada dia que passa*. No desenvolvimento, mescla a explicação social (*as pessoas pobres* [...] *marginalizadas*, que *usam a violência* como saída para seus problemas) com a explicação moral (*os ricos e poderosos* com *sua* ***ânsia de riqueza e poder***). E, na conclusão, condiciona o fim do problema a *uma conscientização de todas as classes. Parar para pensar e se conscientizar* foi a sugestão oferecida por 19% das redações como fórmula mágica para eliminar a violência social.

REDAÇÃO Nº 11

Violência Social

A sociedade atual está muito marginalizada. Há tanta violência no mundo, tantas guerras, desavenças, tudo por ambição, egoísmo.

A marginalização é total. Todos se agridem, se matam na luta pela sobrevivência, a procura de um mundo melhor, de uma vida mais calma, só que estão fazendo o contrário, causando mais guerras e mais desunião.

A fome e a miséria são umas das causas da nossa marginalização, fazendo com que os homens se matam pela sobrevivência. É o "pão nosso de cada dia". Os analfabetos, os deficientes físicos ou mentais e principalmente o "menor abandonado", todos eles e mais outros estão por aí a procura de uma mão, de um coração aberto e só encontram portas fechadas não permitindo que ele vivam.

Na época em que vivemos, todos nós precisamos é de paz, amor e não o que está acontecendo. O homem está se tornando cada vez mais escravo do seu egoísmo, do seu ódio e de sua ambição, está acabando com o amor, não deixando-o florescer em seu coração.

Só o amor constrói. Vamos! Plante uma flor e a faça germinar em seu coração criando verdadeiras, fortes e férteis raízes.

O texto 11 é exemplo da abordagem lírica e pueril do tema, muito freqüente entre as redações analisadas. Introduz o assunto apontando a generalização da violência no mundo, desenvolve-o contrapondo o ideal (*um mundo melhor, uma*

vida mais calma) à realidade social (*a fome, a miséria, o menor abandonado*) e conclui afirmando que *só o amor constrói* e que, portanto, a maneira de o homem encontrar *paz, amor* e acabar com *seu egoísmo, seu ódio, sua ambição é plantar uma flor e fazê-la germinar em seu coração.* Corresponde a uma análise simplista da realidade, fruto da não-penetração nos problemas e da generalização apressada[15].

Há 22 redações no *corpus* que terminam expressando sua crença na *força do amor* como única possibilidade de solução para os males sociais.

Vale a pena observar que, apesar do seu baixo teor informativo (no que se refere aos dois aspectos considerados neste trabalho), a redação é coerente em sua ingenuidade, atendendo aos quatro requisitos aqui adotados, é coesa, e, além disso, atende aos padrões escolares (paragrafação adequada e correção gramatical).

REDAÇÃO Nº 59

Violência Social

Hoje o que mais se vê é a violência social, ocorrendo em toda parte do mundo.

Os homens destroem a si mesmos. Não há um só país, onde não exista assaltos, estupro ou violentação. Ninguém mais tem o direito de sair às ruas, sem a preocupação de ser violado por um trombadinha ou mesmo por um assaltante mais "eficiente". A cada dia que se passa mais aumentam os índices de criminalidade. A culpa não é somente dos marginais. A culpa está em cada um de nós, porque não aceitamos as pessoas

como elas são e sim recriminamos, julgamos, criticamos. O ser humano precisa de proteção e carinho. Ao invés de condenar, devemos fazer alguma coisa para diminuir esse índice de violência social que sofremos todos os dias. Nós mesmos somos as vítimas e nem assim tomamos uma providência, ajudando essas criminosos livres a se reintegrarem em nossa sociedade e não ignorando-os. Devemos educar corretamente as nossas crianças, para que no futuro eles sejam pessoas honestas e seguras.

A violência social tem seu gráfico elevado por nosso egoísmo, que tapamos os olhos para tudo o que está acontecendo, deixando a cargo da polícia esse grave problema. Nós podemos ajudar, não fazendo surgir novos criminosos, mas fazendo com que estas pessoas que se sentem inúteis e caem nesta vida de violência, vejam que podem fazer algo mais correto e útil para elas e para todos nós.

Em 53% dos textos estudados há alguma explicação de cunho moral para a violência. O fenômeno é atribuído à corrupção da sociedade e à degradação espiritual dos homens. 30% das redações mencionam como causas do problema o egoísmo, a ganância e a ambição humanas e 23%, como a redação 59, se configuram como verdadeiros atos de contrição: *a culpa está em cada um de nós, porque não aceitamos as pessoas como elas são e sim recriminamos, julgamos, criticamos.* As disparidades sociais são reduzidas ao plano individual e explicadas pelo fato de cada pessoa rejeitar os que não pertencem à sua classe. A solução fica, então, na dependência da conversão de cada ser humano. A redação 59 propõe que *aju-*

demos os criminosos livres a se reintegrarem em nossa sociedade, *que eduquemos corretamente as nossas crianças*, que acabemos com *nosso egoísmo*. Como outros casos já vistos, esse texto é coerente em sua ingenuidade. Condicionar o fim do problema à nossa capacidade de ajudar os necessitados condiz com a interpretação de que a violência social existe em razão da nossa falta de amor ao próximo.

REDAÇÃO Nº 21

Violência Social

Um dos problemas que mais aflige ao homem moderno é a violência social. Atingindo-o fisicamente e espiritualmente, a violência social vem causando sérias conseqüências, dentre delas, o menor abandonado.

O menor abandonado é vítima da violência de todas as classes sociais, desde a classe baixa que enconsequêntemente visam apenas o prazer, até a classe alta que pensam apenas em aumentar o seu fundo monetário e jamais em ajudar o próximo necessitado de dinheiro e amor. E como fruto desse egoísmo surgem os menores abandonados que sem nenhum apoio e dinheiro se desesperam, tornando assim marginais que consequentemente irão buscar na violência uma opção de vida, pois fora isso que receberão e aprenderão com a sociedade, e talvez, até pensam ser isso o certo.

E assim fecha um ciclo e começa o outro sucessivamente, pois não há forças e coragem para cortá-lo, o homem prefere fechar os olhos e ver um "céu escuro, porém estrelado".

O texto 21 representa o grupo dos pessimistas, integrado por dezessete das cem redações do *corpus*.

Diante da mesma realidade (*a violência social* como *um dos problemas que mais afligem ao homem moderno*; *o menor abandonado*), propõe a mesma explicação moralista (*a classe alta que pensam apenas em aumentar o seu fundo monetário e jamais em ajudar o próximo necessitado de dinheiro e amor*), mas não acredita em solução. Pelo contrário, enxerga um "*ciclo* vicioso" que o homem não tem coragem para romper.

REDAÇÃO Nº 15

Violência Social

A violência é um dos temas mais constantes de nossa sociedade atual.

Devido ao progresso, as cidades tiveram um crescimento acelerado, ocasionado pela vinda de pessoas do meio rural, à procura de melhores condições de vida.

Com este surto populacional, as pessoas, desacreditadas na cidade grande, procuram de todos os meios manter a sua sobrevivência, amontoando-se em favelas, subúrbios, etc., enfim, vivendo na penúria.

Marginalizadas como ficam, sem nenhuma condição de trabalho, de estudo, de vida em si, passam a roubar, a matar, desrespeitando de todos os meios, o ser humano e a comunidade.

Portanto, cabe ao governo e a sociedade, de evitar que a violência perdure, incentivando e criando mais escolas acessíveis, trabalho para todos, cultura e lazer, enfim, meios mais propícios

> para a vida em comunidade, porque o ser humano é portador dos direitos de liberdade e igualdade.

Essa redação partilha com outras 16 a posição prática e objetiva diante da questão. Se *a violência é um dos temas mais constantes de nossa sociedade atual* e se deve ao êxodo rural e à marginalização das pessoas na *cidade grande*, o que as obriga a morar em *favelas*, na *penúria*, e a *roubar e matar* para sobreviver, a solução previsível é o *governo* proporcionar *escolas* (...), *trabalho para todos, cultura e lazer*. Tudo é apresentado como tão simples e tão óbvio que, ao final da leitura de textos como esse, fica-se com a impressão de que o problema só não foi ainda resolvido por má vontade e desinteresse das autoridades públicas.

3. Textos com bom padrão de textualidade

3.1. Considerações preliminares

Para não ser tendenciosa ou parcial, tenho que apontar a existência de textos de boa qualidade no *corpus*. Aproximadamente 10% das redações analisadas se mostraram com bom padrão de textualidade, do ponto de vista dos três fatores avaliados. São produções que se mostram compatíveis com a realidade a que se referem e que exibem unidade, logicidade e boa articulação

dos argumentos que apresentam. Embora não absolutamente originais, são textos que dão ao leitor a impressão de que tinham algo a dizer. Textos que revelam, da parte do produtor, uma leitura pessoal do mundo, um posicionamento consciente e mais consistente diante da problemática abordada, certamente não forjado às pressas para cumprir a obrigação de juntar 120 palavras sobre um tema complexo, mas fruto de uma reflexão anterior já amadurecida. Por isso mesmo, são textos que merecem o respeito mesmo do leitor discordante.

3.2. Análise de algumas redações

REDAÇÃO Nº 61

Violência Social

O homem de hoje vive sob o signo da violência. O medo é o sentimento que mais nos acompanha. Se há medo, alguma coisa nos ameaça e põe em risco nossa segurança. Que coisa é essa? Se se fizesse uma pesquisa, ficaria flagrante que a preocupação primeira dos indivíduos é sua segurança pessoal. Estamos constantemente sob o risco de ter nossa casa assaltada, a filha violentada ou o carro roubado. O que há por trás disso?

Toda violência tem um agente e um paciente, o que a pratica e o que a sofre. Será? Ficaria fácil se pudéssemos explicar o mundo pela ótica maniqueísta, o violento e o violentado, o bom e o mau, o vilão e o mocinho, mas o mundo é mais complexo. Não podemos esque-

> cer que existem pessoas que foram esvaziadas de qualquer espécie de poder, político, econômico ou social. Pessoas que, como hoje, no sistema capitalista em crise, não encontram nem a quem vender o que lhes resta, sua força de trabalho. Mais violento que o marginal que matou um engenheiro, é a injusta estrutura social pousada na propriedade privada na existência de uma classe exploradora e outra explorada, na desigualdade de chances. O marginal apenas devolve à sociedade a violência que ela lhe praticou.

Essa redação traz uma interpretação diferente para o problema do desemprego e da marginalidade, tão recorrente no *corpus*. Uma interpretação que dá aos fatos a devida dimensão social e busca o significado deles na estrutura sócio-econômica. Mesmo quem não concorde com a ideologia subjacente, tem que admitir que aí está um texto consistente, coerente e coeso. Aí está a fala de um indivíduo capaz de olhar o mundo com olhos críticos.

O autor introduz o problema apontando *o medo* e a *preocupação* com a *segurança pessoal* como sentimentos generalizados nos dias de hoje em virtude da presença da violência entre nós. Há cautela nas afirmações que faz — ***se se fizesse*** *uma pesquisa,* ***ficaria*** *flagrante* (...) — e prudência nas suas generalizações — *estamos constantemente sob* ***o risco*** *de (...)*

A articulação entre o primeiro e o segundo parágrafo se faz através da pergunta *O que há por trás disso?* lançada no final do primeiro. Vem, então, a análise, que começa por descartar a respos-

ta ingênua da percepção maniqueísta (de um lado, os culpados; do outro, as vítimas inocentes), para, em seguida, lembrando a complexidade do problema, propor uma explicação mais consistente. Os argumentos apresentados são pertinentes e relevantes. A recessão e o desemprego, elementos conjunturais da economia na época, são interpretados como integrantes de uma crise em que os despossuídos não têm *a quem vender* (...) *sua força de trabalho*. A partir dessa colocação, é cabível a avaliação final de que a estrutura econômica da sociedade é mais injusta que os próprios marginais. A exemplificação utilizada é interessante porque retoma e esclarece quem são *o vilão e o mocinho*, na *ótica maniqueísta: o marginal*, isto é, a classe excluída das relações sociais e o *engenheiro*, representante da classe média ameaçada e atemorizada.

Em suma, o texto é dotado de coerência *interna* — há continuidade, progressão, não-contradição e articulação dos argumentos apresentados; e *externa* — os argumentos apresentados são compatíveis com a realidade que se pretende analisar e as relações estabelecidas entre eles correspondem a relações que se podem reconhecer como pertinentes nessa realidade. Além disso, embora não trabalhando com material inteiramente novo, a análise do problema é marcada pela *pessoalidade*, no plano conceitual como no da expressão. Por exemplo, o produtor emprega, com adequação, noções como *ótica maniqueísta* e *força de trabalho*, demonstrando que não está só repetindo expressões em moda nas conversas intelectuais, mas que sabe do que e por que

está falando. Por outro lado, foge da simples e desgastada recorrência de palavras como *assalto, estupro, roubo* e *assassinato*, preferindo tipificar situações que as traduzem: *o risco de ter nossa casa assaltada, a filha violentada, o carro roubado; o marginal que matou o engenheiro.*

Curiosamente, essa boa dissertação não apresenta, no plano formal, a tradicional divisão em três partes. O paralelo entre esse texto e tantos outros vistos, formalmente perfeitos e frágeis de conteúdo, sugere que a paragrafação de acordo com o modelo usual não é condição necessária nem suficiente para a boa qualidade de um discurso dissertativo.

REDAÇÃO Nº 77

Violência Social

Pensadores de todas as épocas da história teceram múltiplas teorias sobre as possíveis causas da agressão do homem pelo homem. Alguns responsabilizaram a "natureza" humana, outros invocaram a autoria de demônios para nossos atos violentos e, mais recentemente, alguns empenharam-se com fervor em explicar a violência social através de Édipo ou da primeira infância. Hoje, sucumbiram todas as iniciativas "científicas" destes senhores, por um motivo simples: todas estas teorias buscavam causas *individuais* para um fenômeno *social*, político. Surgiram, então, os que encontraram na estrutura da sociedade as raízes da violência social.

A estrutura de uma sociedade é determinada, principalmente, pelo arcabouço econômico de seu funcionamento. Todos os grandes grupos sociais, até

o início deste século, caracterizaram-se pela divisão em classes da sociedade, distinguindo-se o que possuía bens geradores de riqueza daquele que possuía apenas sua força de trabalho. Esse sistema onde a propriedade dos meios de produção é privilégio de uma minoria, gera, evidentemente, uma série de conflitos. São classes com interesses diferentes, inconciliáveis, e como conseqüência natural seus confrontos terão que ser violentos.

No nosso mundo atual, esses confrontos são cada vez maiores e mais freqüentes. Os milhares de palestinos esmagados no Líbano, os cinqüenta salvadorenhos assassinados por dia na sangrenta guerra civil que se trava hoje, os posseiros assassinados no norte do Brasil pelos latifundiários, as manifestações e greves violentamente reprimidas: todos estes quadros nos contam da sociedade em que vivemos.

O início do século marcou o início também de uma nova era na história da humanidade. As conquistas se sucedem, após o marco inicial de 1917. O mundo começa, gradual e violentamente, a caminhar para uma sociedade sem propriedade privada, sem classes, sem opressão, onde a violência fatalmente deixará de ser a marca registrada das relações sociais para se tornar uma peça de museu, uma mancha escura na memória do homem.

A redação 77 tem como valor a fundamentação consistente de uma posição nitidamente ideológica. Embora essa posição não seja inteiramente original, o produtor do texto se mostra seguro de suas idéias e as defende com convicção. O

leitor pode não se convencer da explicação marxista para os conflitos sociais, não precisa passar a crer na marcha mundial para o socialismo, mas tem que reconhecer nesse texto uma argumentação conduzida com clareza e lógica, apoiada no conhecimento da História, em leituras e reflexões sobre as questões políticas, sociais e econômicas que preocupam o nosso tempo (a redação foi feita em janeiro de 1983, época em que não se podia sequer cogitar do advento da *perestroika*, embora já tivesse se iniciado o processo de aproximação entre a China e o Ocidente, mais tarde interrompido pelos episódios da Praça da Paz Celestial de maio-junho de 1989).

De início, o texto menciona três vertentes de explicações para a violência (uma filosófica, outra religiosa e a terceira, psicanalítica) e as descarta sob a alegação de que buscam no indivíduo as causas de um fenômeno social. Embora as referências não sejam muito precisas (sobretudo no primeiro caso), elas são feitas de maneira a permitir que o leitor reconheça de que o autor está falando.

Dando prosseguimento ao raciocínio, o texto contrapõe a essas explicações a teoria marxista da luta de classes, considerando-a mais adequada porque situa na estrutura social a raiz da violência. Vem em seguida um parágrafo de exemplos variados de manifestações de violência explicáveis pelo conflito de interesses de classes antagônicas.

A conclusão, otimista, aposta no fim da violência, com base na convicção de que o mundo caminha para o socialismo, regime em que, não

havendo propriedade privada, não haverá motivo para confrontos sociais nem, portanto, lugar para a violência.

Embora se reconheça aí a voz de um discurso comunista ortodoxo e, hoje, até mesmo ultrapassado, tem-se que admitir a boa configuração deste texto.

A coerência interna da redação é impecável. Há continuidade e progressão, as idéias não se contradizem e estão bem articuladas. Pode-se contestar sua compatibilidade com a realidade externa: a explicação psicanalítica para a violência humana teria mesmo *sucumbido*? seria mesmo tão insatisfatória quanto o texto sugere? a Revolução Russa de 1917 teria mesmo inaugurado *uma nova era na história da humanidade*? *o mundo* estaria mesmo *caminhando para uma sociedade sem propriedade privada*? Entretanto, tem-se que reconhecer aí um ponto de vista defendido e respeitado por muitos (o que, aliás, torna o texto relativamente previsível).

Mesmo não expressando uma maneira de pensar inteiramente original, a redação apresenta marcas de pessoalidade que lhe atribuem grau aceitável de informatividade: são as teorias que busca, os exemplos que lembra, os conhecimentos a que recorre e, principalmente, a estratégia de fazer alusões não explícitas e completas a conceitos e fatos, de modo a provocar a participação e o envolvimento do leitor. Trechos como *Édipo ou a primeira infância* e *o marco inicial de 1917* não são de processamento automático e exigem do leitor o recurso a conhecimentos externos à redação.

Os mecanismos de coesão são bem empregados no texto. Veja-se, por exemplo, a recorrência lexical anafórica em *múltiplas teorias/todas estas teorias* (1º parágrafo) e em *seus confrontos/esses confrontos* (2º e 3º parágrafos); a substituição anafórica em *pensadores/alguns, outros, alguns/estes senhores* (1º parágrafo); o funcionamento coesivo de expressões como *esse sistema* (2º parágrafo) e *todos estes quadros* (3º parágrafo), que unificam sob um mesmo rótulo os elementos das passagens anteriores. A redação flui naturalmente e com naturalidade preenche o molde canônico — tem começo, meio e fim. Não há os articuladores previsíveis para marcar o início e a função de cada parte, mas o limite e o encadeamento entre elas são nítidos e constituídos no plano conceitual. A estrutura temática se manifesta, no plano formal, pela sinalização clara do tópico de cada passagem: no primeiro parágrafo, *pensadores*; no segundo parágrafo, *a estrutura de uma sociedade*; no terceiro parágrafo, *no nosso mundo atual*; no último parágrafo, *o início do século/nova era*.

Além de tudo, o texto é perfeitamente *correto*. Não há um deslize na grafia, ou na pontuação, ou no emprego do dialeto padrão.

Este é um texto que atende plenamente aos requisitos de textualidade, configurando-se como uma produção lingüística de boa qualidade.

REDAÇÃO Nº 10

Vida ou Violência

Um deputado federal dos mais votados em Minas propôs que se distri-

buise armas a todos os cidadãos como forma de combater a violência

Seria brilhante se o ao invés de propor armas ao povo, o nosso representante na câmara sugerise que se estudase uma maneira de se dar casa, trabalho, saúde e bem estar às pessoas. "Violência gera violência", ninguém comtesta e no caso da violência social poder-se-ia dizer que ela e o retrato desta nossa época, onde a propia vida e confundida com violência

O cidadão hoje prá conseguir sobreviver ele tem que ser violento a toda hora e em todo lugar: Ele tem que invadir um terreno, ele tem que furar as filas e tem que passar por cima dos outros

As causas da violênçia social são façeis de descobrir as soluções no momento e que parecem distantes, pois enquanto os nossos políticos, que tem a missão de resolver os problemas sociais estiverem no nível do deputado das armas, ainda vai haver muita violência e menos vida.

Essa redação foge do padrão conceitual que vigorou no *corpus*. Não identifica a violência com assaltos e estupros, não a considera decorrente do êxodo rural, da marginalização e do desemprego, nem propõe como solução a conscientização e o amor ao próximo.

A introdução, incisiva, se mostra apta a suscitar no recebedor a vontade de prosseguir na leitura. Desde o início o produtor do texto se revela bem informado e atento às questões sociais e políticas. No desenvolvimento, deixa transparecer senso crítico e, mesmo, um certo senso de humor, na medida em que, por exemplo, utiliza com

ironia o velho clichê: "*violência gera violência*". A conclusão é compatível com o raciocínio exposto e mantém o tom irônico que perpassa toda a composição.

É interessante observar as relações entre o texto e seu título, que não reproduz simplesmente o tema dado, mas se adequa com muita pertinência à argumentação desenvolvida. O vestibulando propõe *vida* (*casa, trabalho, saúde e bem-estar*), *o deputado das armas* propõe *violência*. Por contra-sensos desse tipo é que *nesta nossa época* (...) *a própria* ***vida*** *é confundida com* ***violência***. E, se prevalecer a opinião do deputado, inevitavelmente *ainda vai haver muita* ***violência*** *e menos* ***vida***.

Esse é outro texto que flui com naturalidade. Sua boa estruturação não se prende ao modelo prescrito nas aulas de dissertação (anunciar três pontos na introdução; tratar de cada um em um parágrafo do desenvolvimento; começar a conclusão com articulador típico explícito). As idéias se distribuem adequadamente nos parágrafos, obedecendo a uma organização particular: a introdução apresenta uma proposta instigante; os dois parágrafos do desenvolvimento tecem considerações em torno dessa proposta, buscando demonstrar o quanto ela representa uma posição equivocada; a conclusão, com o mesmo intuito do desenvolvimento, encerra o assunto apontando as conseqüências nefastas que a adoção de tal proposta traria.

Além da naturalidade, o texto é marcado pela coloquialidade, manifesta, por exemplo, no tom irônico e nas generalizações hiperbólicas do ter-

ceiro parágrafo, expressas num período cuja sintaxe é tipica de língua oral (cf. a topicalização de *o cidadão* e a retomada desse termo pelo anafórico *ele*, repetido três vezes):

O cidadão hoje prá conseguir sobreviver ele tem que ser violento a toda hora e em todo lugar: Ele tem que invadir um terreno, ele tem que furar as filas e tem que passar por cima dos outros.

Essas afirmações constituem, evidentemente, exageros. Não podem ser tomadas ao pé da letra, mas devem ser entendidas como força de expressão. É o tom descontraído do texto (apesar do *poder-se-ia*) que me faz avaliar esses exageros como recurso de argumentação e não como falha quanto à exigência de não-contradição com o mundo real.

Essa redação, inegavelmente de bom padrão de textualidade, coerente, coesa e, sobretudo, com bom índice de informatividade, apresenta *erros* de ortografia e pontuação que costumam assustar os professores. Esse contraste merece uma reflexão. A ortografia e a pontuação nada têm a ver com a essência, a substância do texto, com o texto em si. Têm a ver apenas com a maneira de representá-lo através do código escrito. Se o texto fosse lido em voz alta, o ouvinte não perceberia nele qualquer defeito. No entanto, esses aspectos, com freqüência, se colocam como barreira intransponível para o professor avaliador. Diante de uma grafia em desacordo com as regras, o professor não percebe mais nada, se recusa a penetrar no texto. Essa inversão no julgamento — a supervalorização da aparência e o desprezo à substância — vai encontrar seu corres-

pondente do lado da produção. O aluno acaba por entender que, para a escola, o mais proveitoso é fazer uma redação *certinha*, ainda que frágil de conteúdo.

CAPÍTULO 6

UMA VISÃO GLOBAL DO *CORPUS*

Inspirando-me na escala de três ordens proposta por Beaugrande e Dressler (1983: 144-146) para o julgamento da informatividade, avaliei as cem redações do *corpus* seguindo uma escala também triádica. Classifiquei as redações como textos de bom, médio ou baixo padrão, analisando a realização dos fatores de textualidade aqui considerados, segundo os critérios expostos.

A fim de estabelecer um paralelo entre a minha proposta de avaliação da textualidade e os parâmetros usualmente de mais peso na atribuição de notas escolares, elaborei uma tabela de que constam, além dos fatores com que trabalhei, a estruturação formal, em termos de distribuição física dos parágrafos, e a *correção* gramatical.

Quanto à distribuição dos parágrafos, observei se os textos apresentavam, como partes constitutivas, uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão, já que era essa a exigência do programa do vestibular. Classifiquei como de bom padrão aqueles que exibiam essa organização formal; como de padrão mediano, aqueles em que se podem reconhecer essas três partes no nível conceitual, apesar de elas não se mostrarem separadas no plano gráfico; como de baixo padrão aqueles cuja paragrafação não se mostra compatível nem com o modelo usual nem com o conteúdo semântico do próprio texto.

No que tange à *correção* gramatical, utilizei-me das notas relativas a esse quesito obtidas pelas redações. No vestibular, foram reservados sete pontos para a avaliação desse aspecto:

a) *dois* para a estruturação de períodos (sendo penalizada a falta de oração principal e de oração subordinada necessária, a falta e o uso inadequado de palavras de transição e de referência entre parágrafos e orações, a falta de paralelismo sintático ou semântico);
b) *dois* para a morfo-sintaxe (penalizados os casos de concordância, regência, colocação prenominal e emprego das formas verbais que não correspondessem à norma padrão);
c) *um* para a pontuação (penalizados o emprego e a falta de vírgula e dois-pontos em desacordo com as regras mais usuais, bem como a ausência de pontuação em final de período);
d) *dois* para a ortografia e a acentuação (penalizadas as desobediências às regras oficiais).

Como a análise da *correção* gramatical dos

textos não se incluía entre as metas deste trabalho, não vi problema em recorrer às notas atribuídas por examinadores treinados na obediência de critérios previamente estabelecidos para a apuração de falhas objetivamente mensuráveis. Assim, classifiquei como de bom padrão as redações que somaram de 5 a 7 pontos; de padrão mediano, as que obtiveram 3 ou 4 pontos; de baixo padrão, as que ganharam de 0 a 2 pontos.

Foi a seguinte a tabela resultante dos procedimentos de classificação descritos:

TABELA 3

AVALIAÇÃO GLOBAL DO *CORPUS*

Fatores de avaliação	Distribuição dos textos analisados		
	% de textos de bom padrão	% de textos de padrão mediano	% de textos de baixo padrão
Coerência	14	62	24
Coesão	25	65	10
Informatividade	11	16	73
Estruturação formal	90	3	7
Correção gramatical	44	41	15

No que respeita à coerência, componente decisivo da textualidade, encontrei apenas 14 redações de bom nível. A maioria ficou na faixa intermediária e quase um quarto da amostra exibiu alguma falha grave com relação a esse fator.

No caso da coesão, a distribuição, nos extremos, se inverte. A maior parte (65%) se localiza também na faixa mediana, mas 25% das redações não trazem problema comprometedor no uso dos recursos coesivos, ao passo que só em 10% o emprego dos mecanismos de coesão se mostra insatisfatório.

Quanto à informatividade, conforme se viu no estudo quantitativo, há um deslocamento da concentração de textos para o patamar mais baixo da escala: 73% têm poder informativo insatisfatório, 16% se mostram não mais que aceitáveis e apenas 11% exibem boa qualidade quanto a esse aspecto.

A estruturação formal foi, dos fatores incluídos nessa tabela, o que apresentou mais alta freqüência de redações na faixa superior (85%) e mais baixa na faixa inferior (7%).

Sob o aspecto da *correção* gramatical, as redações se concentram, com distribuição quase equivalente, nos patamares mais altos (44% e 41%); apenas 15% dos textos ocupam a posição inferior.

Que inferências se podem tirar dessa tabela?

A maioria dos textos tem padrão mediano de coerência e coesão. Quanto a esses fatores, tomando-se os percentuais relativos aos textos de funcionamento médio e bom, tem-se 76% para a coerência e 90% para a coesão. Entretanto, o mesmo cálculo resulta em apenas 27% para a informatividade. Já para a estruturação formal obtêm-se 93% e, para a correção gramatical, 85%.

Esses resultados indicam, em primeiro lugar, que os aspectos formais foram os que alcançaram

melhor realização nas redações. São elevados os índices de textos em que a coesão (concernente à estrutura de superfície), a paragrafação e a *correção* gramatical têm padrão aceitável ou bom. Isso significa que a maioria das redações é do tipo *certinho* e *arrumadinho*, feito para atestar que o produtor domina a língua padrão formal escrita e sabe organizar as idéias conforme o modelo canônico de dissertação. Ou seja, naquilo que dependia do treinamento escolar, a maioria dos vestibulandos se saiu bem.

Em contrapartida, a informatividade tem funcionamento insatisfatório numa porcentagem alta de redações (73%). A submissão ao treinamento teria ocupado o espaço da originalidade e do controle efetivo do explícito e do implícito no texto?

A previsibilidade é grande. Como já mostrei no capítulo anterior, 45% dos textos são praticamente iguais. O índice de recorrência dos argumentos também é alto. Por exemplo, 33% das redações declaram que a violência é a única forma de sobrevivência do pobre, *obrigado a roubar e a matar para comer*; 31% mencionam o desemprego como causa da violência, sendo que 16% afirmam ou sugerem que todo desempregado acaba se tornando assaltante; 53% atribuem a violência à falta de amor, à ganância, à ambição, ao egoísmo, enfim, à maldade humana; 19% recomendam como solução que os homens *parem para pensar* e *se conscientizem*, ao passo que 22%, em última instância, consideram que *só o amor constrói*.

O problema correlato à freqüência de idéias anônimas e desgastadas, de estereótipos e clichês, é o que chamei de insuficiência de dados. É compreensível que quem reproduz idéias alheias e muito difundidas não veja a necessidade de explicá-las ou discuti-las. Daí a grande incidência de conceitos vagos e noções imprecisas nas redações (89% delas sequer esclarecem o que entedem por *violência social*, tema sobre o qual discorrem). É natural que quem se contenta em repetir o que apenas ouviu dizer não tenha outro recurso senão aludir superficialmente a fatos que não conhece direito e que não pode identificar. Daí as referências nebulosas de que as *terras* e *guerras* da redação 85 são exemplo típico.

A coerência merece considerações mais demoradas. 76% dos textos a realizam num padrão mediano ou bom. Na verdade, nenhuma redação se mostra absolutamente incoerente, nenhuma delas poderia ser considerada não-texto, apesar de 24% apresentarem falhas que me levaram a julgá-las com um nível insatisfatório de coerência.

Para melhor compreensão do fenômeno, é interessante retomar comentários feitos a propósito da Tabela 1. Constatou-se ali que três aspectos relativos à organização conceitual interna do texto (continuidade, progressão e não-contradição interna) se mostraram problemáticos num percentual relativamente baixo de redações (em torno de 30%), ao contrário dos aspectos concernentes às relações entre texto e realidade, que se apresentaram falhos em mais da metade das composições analisadas (64% para a condição de não-contradição externa e 56% para a de pertinência

da articulação estabelecida entre fatos e conceitos). Quanto à organização interna, só o requisito de presença de articulação se mostrou falho em percentual elevado de redações (56%, coincidentemente).

É preciso, ainda, lembrar alguns resultados da Tabela 2. As falhas mais freqüentes quanto ao emprego de recursos coesivos foram a incompatibilidade léxico-semântica (43%) e a inadequação no uso de mecanismos de junção (36%). Não interessa, no momento, considerar o percentual de 32% relativo ao emprego de pronomes anafóricos e que diz respeito, na maioria dos casos, à discordância entre pronome e antecedente.

A associação de todos os elementos aqui apontados conduz a um diagnóstico. A composição interna do texto não foi o maior problema encontrado no *corpus*. A grande dificuldade detectada se localiza no âmbito das relações entre o texto e a realidade. Falando com mais precisão: a maior parte das redações, enquanto produções isoladas, apresentou qualidade razoável, ou seja, tinha *correção* gramatical, observava a paragrafação considerada adequada, exibia bom índice de coesão e, principalmente, estruturava-se sem ofensas maiores à lógica, no plano conceitual interno. Entretanto, a maioria dessas redações mostrava falhas comprometedoras, que degradavam sua textualidade, quando se confrontavam suas afirmações com a realidade circundante: a) ou porque contradiziam o que se reconhece como verdade nessa realidade; b) ou porque relacionavam fatos e conceitos de maneira incompatível com as relações que eles normal-

mente assumem no mundo real; ou porque não ultrapassavam as informações mais óbvias e redundantes sobre essa realidade, não se mostrando capazes de acrescentar conhecimentos ou trazer interesse ao leitor.

Resumindo, as redações, em sua maioria, apresentam um arcabouço formal e conceitual aceitável. Configuram-se como todos completos, dotados de continuidade e progressão. Mantêm certa lógica interna e se organizam conforme o modelo previsto para dissertações, além de exibirem nível satisfatório de *correção* gramatical. Entretanto, a impressão que se tem após sua leitura é que se trata de maus textos, pobres, simplistas, insípidos, quase todos iguais, muitos deles eivados de impropriedades. São textos que não agradam, não convencem, não entusiasmam.

Essa avaliação que a mera intuição sugere, a pesquisa confirmou e precisou: o grande problema da maioria das redações não se localiza na superfície textual, nem mesmo nos aspectos lógico-semânticos da estrutura subjacente, mas sim nos aspectos cognitivos que integram a macroestrutura e pesam na eficiência pragmática do discurso.

As condições de textualidade que com maior freqüência tiveram realização insatisfatória no *corpus* foram aquelas mais diretamente relacionadas com o conhecimento de mundo. A não-contradição externa externa e a pertinência da articulação entre fatos e conceitos denotados dependem de o estoque de conhecimentos apresentados no texto ser compatível com aquilo que o recebedor reconhece como verdadeiro e pertinen-

te no mundo real. Por sua vez, a imprevisibilidade e a suficiência de dados dependem de conhecimentos extratexto do produtor porque são eles que vão lhe possibilitar medir e equilibrar no texto o original e o previsível, bem como o implícito e o explícito.

Até no plano de coesão os recursos cujo emprego se mostrou falho num percentual maior de redações têm a ver com a compatibilidade entre conhecimentos do produtor e do recebedor. A contradição léxico-semântica não se restringe aos limites da expressão lingüística de superfície, tem a ver com a macroestrutura conceitual. O mesmo ocorre com o emprego indevido de mecanismos de junção e de articuladores, que estabelece relações inaceitáveis entre fatos e conceitos. É bom insistir aqui quanto à ponderação de que essas ocorrências se configuram como falhas em função das especificidades do tipo textual. Num texto *dissertativo escrito e formal* a precisão vocabular e a adequação na expressão de relações é exigência cabível; num outro tipo de texto, pode não o ser.

As redações analisadas, na medida em que não agradam o recebedor, podem ser consideradas textos de *fraca eficiência pragmática*. São produções que logram se safar da dificuldade de, de improviso, discorrer em 120 palavras sobre um tema não escolhido, para um interlocutor não desejado, demonstrando capacidade de organização das idéias e domínio aceitável da modalidade escrita da língua padrão. Cumprem suas obrigações. Mas são todas muito parecidas, não possuem altas virtudes nem graves defeitos. Atendem

razoavelmente às exigências do programa do concurso, de modo a não inviabilizar a aprovação do candidato — a nota da maioria delas é *seis*, a metade dos pontos reservados para a redação, conforme se viu no capítulo 3. Entretanto, se não há como reprová-las, não há também como gostar delas.

É verdade que, se o objetivo do produtor de cada uma delas não ia além da pretensão de não ser desclassificado no vestibular, esse intuito foi plenamente alcançado. As circunstâncias adversas da situação de produção foram satisfatoriamente controladas e a aceitabilidade do recebedor desconhecido e compulsório, nos limites pretendidos, foi alcançada. O problema é que não se tem aí o produto de uma verdadeira intenção comunicativa, não se tem aí, como diria Pécora (1983), um texto capaz de instaurar uma legítima relação intersubjetiva de significação.

CONCLUSÃO

Através da pesquisa relatada, constatei, por um lado, que as deficiências responsáveis pela degradação do nível de textualidade das cem redações analisadas se situam na estrutura lógico-semântico-cognitiva subjacente. As falhas que se mostraram mais relevantes, dos pontos de vista quantitativo e qualitativo, dizem respeito especificamente à *informatividade* e a dois requisitos de *coerência* (a não-contradição externa e a articulação) e têm a ver, mais propriamente, com os aspectos cognitivos da macroestrutura.

Por outro lado, verifiquei que, no plano da superfície textual, foi satisfatório o desempenho dos integrantes da amostra. As redações, em geral, exibiram bom nível de *coesão*. Só tiveram freqüência relativamente considerável as falhas referentes à adequação vocabular (43%), ao emprego de mecanismos de junção e de articuladores (36%) e ao uso de pronomes anafóricos (32%), sobretudo no que se refere à concordância entre o pronome e seu antecedente.

Além disso, o exame de dois aspectos externos à substância do texto — a distribuição dos parágrafos e a *correção* gramatical — me levou a constatar que: a) a quase totalidade (90%) das redações obedeceu ao modelo preestabelecido, compondo-se das três partes tradicionais previstas para a dissertação; b) a grande maioria dos textos (85%) apresentou-se com nível mediano (41%) ou bom (44%) quanto à adequação gramatical. A leitura minuciosa de cada texto e a análise das notas concernentes à *correção* idiomática das redações deixaram claro que os problemas nessa área são irrelevantes, tanto em termos de quantidade quanto em relação aos prejuízos que possam acarretar para a qualidade das produções. Essas redações, se *corrigidas* ou passadas a limpo sem *erros* gramaticais, não se tornariam textos melhores, mais convincentes ou mais interessantes, não teriam o seu grau de textualidade elevado.

Em síntese, posso afirmar que o desempenho dos vestibulandos cujas redações estudei revela razoável sucesso na aprendizagem dos aspectos envolvidos na produção de texto que dependem de *instrução* e *treinamento*. Esse sucesso me parece mais relevante quando se considera que os integrantes da amostra, em sua maioria, não se submeteram à preparação intensiva dos *cursinhos* nem puderam, à época do vestibular, dedicar seu tempo inteiramente aos estudos, porque trabalhavam e contribuíam para a renda familiar (cf. capítulo 3). É significativo que estudantes que, em sua maioria, passaram apenas pelo ensino regular, sem receber um treinamento especializado, tenham demonstrado domínio satisfatório da

língua padrão escrita e do modelo formal usualmente adotado para textos dissertativos. A escola ensinou e eles aprenderam a expor seu pensamento em linguagem *correta* e organizado segundo um padrão convencional.

Entretanto, apesar disso, as redações, em sua maioria, não constituem o que se pode chamar de bons textos. São peças que não agradam nem convencem, em razão de suas deficiências quanto à informatividade e à coerência. Neste ponto é interessante voltar os olhos para a composição da amostra novamente. Os produtores das redações tinham o 2º grau completo e já haviam passado por uma seleção no vestibular, pois tinham sido aprovados na primeira etapa, eliminatória, e estavam fazendo as provas da segunda etapa, classificatória. É significativo que sequer esse grupo selecionado tenha sido capaz de produzir textos de boa qualidade na hora do vestibular.

Cabe, agora, indagar por que, nas redações analisadas, à boa utilização dos recursos formais não correspondeu uma configuração conceitual condizente.

A contingência de escrever de improviso, sobre um tema imposto, para um recebedor temido e desconhecido, pode explicar o baixo teor informativo e a fragilidade da coerência externa das redações.

Sua alta previsibilidade tem a ver com o que Pêcheux (1969: 16) chama de "invariantes semântico-retóricas" resultantes das condições de produção. O próprio tema proposto era previsível e decorrente do contexto histórico-político; o contexto imediato — prova de vestibular — de

maneira alguma favorecia uma reflexão personalizada que possibilitasse fugir do lugar-comum. A tensão e o nervosismo bloqueiam o surgimento de idéias e, então, o melhor a fazer é trabalhar com as que primeiro vêm à cabeça, exatamente aquelas que estão na boca de todo mundo.

Interferem ainda no processo de produção elementos anteriores ao seu desencadeamento, mas de peso marcante no seu desenrolar. Refiro-me à ação da família e da escola na história pessoal e na preparação específica do vestibulando. A ideologia dominante quer fazer crer que há sempre um jeito certo de fazer as coisas: um jeito certo de enxergar e interpretar a realidade, um jeito certo de pensar. A partir daí buscam-se as receitas, as fórmulas, as fôrmas.

Paralelamente, vem o medo de arriscar qualquer coisa diferente, fora do normal. Por várias vezes colhi o depoimento de calouros da Universidade, de áreas diversas (Letras, Engenharia, Computação) sobre a orientação recebida em colégios e *cursinhos* quanto à redação do vestibular. A recomendação é não dizer nada que possa comprometer, não ousar formular nenhuma opinião individual que fuja do padrão; é mostrar-se neutro e comedido. Teme-se que a subjetividade na abordagem do tema seja considerada incapacidade de dar tratamento racional e isento a uma questão, por isso recomenda-se a absoluta impessoalidade. Essa receita, como se viu, dá bons resultados, em termos de aprovação no concurso. Enseja uma longa série de redações iguais, de nota média e textualidade mediana... Não há saída: como ser interessante e convincente falando coi-

sas que não vêm de dentro, defendendo posições em que não se acredita?

A alta incidência de falhas quanto à condição de suficiência de dados também encontra explicação nas circunstâncias em que as redações foram elaboradas. Por mais previsível que fosse o tema, não havia possibilidade de uma preparação efetiva para escrever sobre ele na hora em que foi conhecido. Não havia como colher e analisar informações específicas sobre o assunto. Não era possível trocar idéias com a pessoa do lado — um concorrente. Não havia tempo, nem tranqüilidade psicológica, para aprofundar a reflexão ou para tentar recobrar dados perdidos na memória. Pelo contrário, era preciso transformar imediatamente o material cognitivo disponível em uma redação cuja estrutura formal estava previamente determinada, num exercício quase que automático de preenchimento de esquemas[16]. Essa limitação e essa premência, típicas da situação de prova e freqüentes nas circunstâncias usuais de elaboração de redações escolares, não condizem com o processo natural de produção de texto. Quem escreve, por gosto ou por profissão, escolhe seu assunto e sobre ele se informa, discute, pensa e repensa. Tem meios de ampliar e aprofundar sua compreensão, tem tempo de amadurecer suas idéias. No vestibular (e, geralmente, na escola) nada disso pode acontecer. Assim, a superficialidade de conhecimentos, as alusões a fatos não caracterizados, a imprecisão de alguns conceitos e o recurso a "noções confusas", carentes de "especificidade semântica" (cf. Pécora, 1983: 76-77), enfim, os problemas identificados como insuficiência de dados, que detectei nas redações, po-

dem ter sua origem num literal e legítimo não ter o que dizer naquele momento.

No âmbito da coerência, as falhas mais significativas encontradas podem ser atribuídas, principalmente, à associação dos fatores apontados para explicar os problemas relativos à informatividade. Muitos textos apresentaram interpretações sobre a questão da violência social que me pareceram impertinentes ou incompatíveis com a realidade. A tensão psicológica e a pressa em compor uma opinião para preencher a folha de prova certamente atuaram no sentido de dificultar uma análise mais detida e mais consistente. Além disso, se a recomendação explícita de professores e manuais de redação é ser *objetivo* e evitar vivências e posições pessoais, a solução é recorrer aos estereótipos mais facilmente disponíveis, sem atinar para o quanto eles são preconceituosos e falseadores da realidade[17].

A essa orientação, reiterada durante o período escolar, se alia a artificialidade das condições mais freqüentes de produção de redação (escrever sem se preparar, sobre um tema imposto, para um recebedor indesejado que não será leitor, mas juiz, dentro de um prazo curto e predeterminado, sem possibilidade de revisão e reelaboração do próprio texto). O resultado é uma concepção errônea, inadequada, do próprio ato de escrever. Produzir um texto, especificamente, um texto dissertativo, requer, antes do trabalho braçal de encher folhas de papel, a construção de uma opinião personalizada sobre o tema a ser tratado. O processo natural de produção começa, na verdade, com a escolha pessoal do tema (escrevo sobre um assunto a respeito do qual tenho algo a dizer) e

inclui a busca de informações, a discussão com pessoas interessadas, o debruçar-se sobre os dados a fim de compor uma análise madura e consistente. O ato mecânico de escrever é uma etapa posterior, embora não seja a última. Depois de escrever, vem o rever, o repensar, o reescrever, até que se considere o texto finalmente pronto.

Evidentemente, isso não é possível numa prova de vestibular. Mais importante do que questionar a validade da prova de redação no vestibular, no entanto, é questionar o treinamento desenvolvido na escola com vistas à superação dessa prova. O perigo é que o superdimensionamento da importância desse exame acabe direcionando o ensino até de 1º grau. São em geral reproduzidas em sala de aula as mesmas condições inadequadas de elaboração que se têm durante uma prova de concurso. Em geral não se enseja ao aluno a possibilidade de construir seus textos num processo natural, que lhe renda a familiaridade com a produção escrita, a descoberta dos próprios métodos de criação e, enfim, o desenvolvimento da própria competência textual intuitiva. Ao contrário, em geral, impõe-se-lhe um adestramento empobrecedor que o leva a acreditar que escrever (ou, pelo menos, escrever para a escola) se reduz ao exercício enfadonho de preencher "30 linhas em 50 minutos", como diz Sami Meserani, no único esforço de enquadrar num modelo prévio palavras e idéias que têm chance de agradar ao professor.

Para mim, as redações analisadas neste trabalho, em sua maioria *certinhas* e *arrumadinhas*, mas desinteressantes e inconsistentes, são o fruto

inevitável das condições de produção a que foram submetidos seus autores, não só na hora do vestibular, mas, provavelmente, na maioria das vezes em que escreveram na escola.

Assim, o que essa análise sugere é que é hora de mudar a rota, estabelecer novos objetivos para o ensino da língua materna. No campo da redação, a aspiração não pode se restringir a possibilitar aos estudantes o domínio da modalidade escrita da língua culta e a fornecer-lhes modelos fixos dos diferentes tipos de discurso. Essas metas vêm sendo perseguidas há tempos e esta pesquisa revelou que, no caso da amostra analisada, tal missão foi cumprida com sucesso. Mas, por outro lado, a pesquisa demonstrou também algo que o simples bom senso já fazia prever: a *correção* idiomática e a organização segundo um modelo não são suficientes para garantir boa qualidade a um texto. O grau de textualidade de uma produção lingüística é decisivamente determinado por sua coerência. O fator que tem peso preponderante em sua eficiência pragmática é a informatividade. Esses componentes (como os defini neste trabalho) se localizam no plano lógico-semântico-cognitivo, e não no formal, que tem merecido atenção predominante na escola. É hora, pois, de assumir nova área de trabalho, para dar conta da globalidade do fenômeno da interação comunicativa, considerando o texto em suas três dimensões básicas: a formal, a conceitual e a pragmática.

Trabalhar nessa área é, sim, tarefa específica do professor de português, posto que é buscar o desenvolvimento pleno da competência comunicativa natural do aluno.

NOTAS

1. Este livro é o resumo de dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da UFMG para obtenção do grau de mestre em Língua Portuguesa.

2. Cf. Halliday e Hasan (1978: 1-2).

3. O conceito de texto aqui formulado segue, em linhas gerais, o pensamento de Schmidt (1978: 163-187).

4. Cf. Widdowson (1981: 56).

5. Cf. Pêcheux (1969: 16-23).

6. Cf. Gnerre (1985: 22).

7. Cf. Schmidt (1978: 60).

8. Cf. Mira Mateus et alii (1983: 186).

9. Cf. Lang (1973) apud Conte (1977: 104-105).

10. Apud Beaugrande e Dressler (1983: 118-123).

11. Maingueneau (1976: 39), apud Koch (1986: 40).

12. Para maior aprofundamento, ver Koch (1986) e Guimarães (1986).

13. Para maior aprofundamento, ver Liberato (1980).

14. A transcrição é integral e *ipsis litteris*. As redações são identificadas pela numeração, de 1 a 100.

15. Seria particularmente interessante um estudo da intertextualidade nesta redação.

16. A propósito, ver Lemos (1977).

17. A propósito, ver Almeida (1986).

BIBLIOGRAFIA

1. Almeida, Guido de. *O professor que não ensina*. São Paulo, Summus, 1986.
2. Bastos, Lucia K. X. *Coesão e coerência em narrativas escolares*. Campinas, Unicamp, 1985. Col. Teses.
3. Beaugrande, Robert-Alain de e Dressler, Wolfgang U. *Introduction to Text Linguistics*. 2ª imp., Londres, Longman, 1983.
4. Charolles, Michel. "Introduction aux problèmes de la cohèrence des textes". *Langue française*. Paris, Larousse, *38*: 7-41, maio de 1978.
5. Conte, Maria-Elizabeth (org.) *La linguistica testuale*. 1ª ed., Milão, Feltrinelli Economica, 1977.
6. Elias, Margarethe S. "Mecanismos sintático-semânticos da coesão textual — contribuições lingüísticas ao ensino da redação". In *V Encontro Nacional de Lingüística*. Rio de Janeiro, PUC, outubro de 1981 (Anais...), vol. I, pp. 44-54.
7. Fávero, Leonor L. "A informatividade como elemento de textualidade". *Letras de hoje*. Porto Alegre, PUC-RS, *60*: 13-20, junho de 1985.
8. _____. "Intencionalidade e aceitabilidade como critérios de textualidade". In Fávero, Leonor L. e Paschoal, Mara S. Z. (orgs.) *Lingüística textual/Texto e leitura*. São Paulo, EDUC, 1986 (Série Cadernos PUC, 22), pp. 31-37.
9. Fávero, Leonor L. e Koch, Ingedore G. V. *Lingüística textual: introdução*. São Paulo, Cortez, 1983.
10. Fulgêncio, Lúcia. "Exame da conceituação de anáfora e das suas relações com as noções de dado/novo". *Ensaios de lingüística*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, *5* (9): 71-93, dezembro de 1983.

11. Garcia, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 6ª ed., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977.
12. Geraldi, J. Wanderley (org.). *O texto na sala de aula: leitura & produção*. 2ª ed., Cascavel, ASSOESTE, 1985.
13. Gnerre, Maurizzio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
14. Guimarães, Eduardo J. "Polifonia e tipologia textual". In Fávero, Leonor L. e Paschoal, Mara S. Z. (org.). *Lingüística textual/Texto e leitura*. São Paulo, EDUC, 1986. (Série Cadernos PUC, 22). pp. 39-45.
15. Halliday, M. A. K. e Hasan, R. *Cohesion in English*. 2ª imp., Londres, Longman, 1978.
16. Ilari, Rodolfo. "Uma nota sobre redação escolar". In _____. *A lingüística e o ensino da língua portuguesa*. São Paulo, Martins Fontes, 1985, pp. 51-66.
17. Isenberg, Horst. "Riflessioni sulla teoria del testo". In Conte, Maria-Elisabeth. *La linguistica testuale*. Milão, Feltrinelli Economica, 1977, pp. 66-85.
18. Jakobson, Roman. *Lingüística e comunicação*. 6ª ed., São Paulo, Cultrix, 1973.
19. Koch, Ingedore G. V. "A situacionalidade como elemento da textualidade". *Letras de hoje*. Porto Alegre, PUC-RS, *60*: 21-28, junho de 1985.
20. _____. "A intertextualidade como fator da textualidade". In Fávero, Leonor L. e Paschoal, Mara S. Z. (orgs.). *Lingüística textual/Texto e leitura*. São Paulo, EDUC, 1986 (Série Cadernos PUC, 22), pp. 39-45.
21. Lang, Ewald. "Di alcune difficoltà nel postulare una 'grammatica del testo' ". In Conte, Maria-Elizabeth (org.). *La linguistica testuale*. 1ª ed., Milão, Feltrinelli Economica, 1977, pp. 96-120.
22. Lemos, Cláudia T. G. "Redações no vestibular: algumas estratégias". *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas (23): 61-71, dezembro de 1977.
23. Liberato, Yara G. *Sobre a oposição dado/novo*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1980 (dissertação de mestrado).
24. Marchuschi, Luiz Antônio. *Lingüística de texto: o que é e como se faz*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco/Mestrado em Letras e Lingüística, 1983.
25. Mira Mateus, M. Helena et alli. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra, Almedina, 1983.
26. Pêcheux, Michel. *Analyse automatique du discours*. Paris, Dunod, 1969.

27. Pécora, A. Alcir B. "Redações no vestibular: estudo do período — uma proposta pragmática". *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (23): 29-36, dezembro de 1977.
28. _____. *Problemas de redação*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
29. Perini, Mário A. *The Effect of Discourse Topics on the Interpretation of Anaphoras*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1982. (artigo apresentado no 6th AILA Congress, Lund, Suécia, agosto de 1981).
30. Schmidt, Siegfried J. *Lingüística e teoria do texto*. São Paulo, Pioneira, 1978.
31. Widdowson, H. G. "Le discours". In _____. *Une approche communicative de l'enseignement des langues*. Paris, Hatier-Crédif, 1981, cap. 2, pp. 32-68.

Biblioteca Universitária
UFSC